



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 38/2024

COMPRASGOV - EDITAL nº 90038/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 130/2024

UASG: 927317

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, através de sua Gerência de Compras, Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”** conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 8.195/2023, a Lei Complementar Municipal nº 47/2008, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes.

ENVIO ELETRÔNICO DAS PROPOSTAS: a partir da publicação do edital no endereço eletrônico abaixo descrito até o dia e horário marcado para início da sessão.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/11/2024

HORÁRIO DE INÍCIO: 09h00min (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

1. DO OBJETO

1.1. Locação de um sistema de gestão comercial integrado voltado para o setor de saneamento, contemplando contemplar a leitura de hidrômetros, emissão de faturas de água e esgoto, gestão de ordens de serviço e controle de tarifas de resíduos sólidos, conforme descrições constantes no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL.

1.2. Nos casos de divergências entre as especificações do objeto descritas na relação de itens do site www.gov.br/compras e as especificações do Edital, a licitante deverá considerar a descrição do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações da lei complementar nº 155/16.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do SAAE por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. A não observância do disposto neste item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d.1.** O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h)** agente público do órgão ou entidade licitante;
- h.1.** A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- i)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- i.1.** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio”.
- j)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa/empresa de pequeno porte.

3.5. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a)** Valor ofertado unitário e total do item;
- b)** Marca/fabricante/modelo, quando pertinente;
- c)** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$100,00 (cem reais)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa Aberto e Fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

a) Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

b) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

c) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

d) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

e) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

a.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

a.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

a.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

b.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b.2. empresas brasileiras;

b.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4. O Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.5. É facultado ao Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no

certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4. deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) não observar os critérios de aceitabilidade previstos no item 7.2 do Termo de Referência e seus subitens;

f) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

a) A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro(a), que comprove:

a.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

a.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado por meio do sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no item 7.1 (e seus subitens) do Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia (simples, autenticada ou autenticação digital ou outra, na forma da lei)

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção.

7.9. A verificação pelo Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

7.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12.1. Na ausência de documentos constantes neste item 7, o(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio poderão consultar os sites dos órgãos emissores para sua emissão, juntando-os aos autos.

7.12.1.1. O SAAE não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. PROVA CONCEITO

8.1. Na fase de julgamento de propostas, será realizada a Prova Conceito, que será a submissão do software à verificação técnica por corpo profissional próprio da CONTRATANTE. Este procedimento visa a verificação da conformidade do software ofertado em relação às especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, no qual consta todas as regras e quesitos que serão avaliados.

8.2. A prova conceito se dará em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da fase de lances, conforme convocação do Pregoeiro ainda na sessão.

8.3. A Prova Conceito será realizada presencialmente às 09:30 na sede do SAAE, no endereço Rua Nonô Ventura, 394, Lourdes, Itaúna-MG, na sala de Reuniões Adão José da Silva, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes presencialmente;

8.4. Durante a fase de julgamento de propostas, a licitante provisoriamente vencedora deverá realizar demonstração do software, com uma base de dados já estruturada e bem definida, a título de amostra e para fins de verificação prévia da conformidade das características técnicas com as especificações técnicas do Termo de Referência, para fins de aceitabilidade da proposta, de modo a comprovar que atende aos requisitos descritos no Anexo I deste Edital;

8.5. Caso o sistema não alcance o percentual mínimo de atendimento dos itens, conforme previsto no **item 8.3** do Termo de Referência e no Anexo III do Edital, a proposta será desclassificada.

8.6. A avaliação e o julgamento serão realizados por uma Comissão Avaliadora, especialmente designada para este fim.

8.7. Serão desclassificadas as ferramentas que:

8.7.1. Não atendam às exigências e às características mínimas exigidas;

8.7.2. Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar e/ou impedir o julgamento claro e objetivo das soluções.

8.8. No caso de desclassificação da ferramenta do primeiro colocado será convocado o segundo classificado e assim sucessivamente até que se identifique a licitante que atenda o percentual mínimo exigido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

8.9. Aceitação da ferramenta:

8.9.1. A execução dos testes de aceitação constituir-se-á, na prática em uma simulação completa;

8.9.2. Os testes de aceitação deverão ser realizados passo a passo, na presença dos representantes do SAAE que deverão emitir Relatório/Parecer conclusivo sobre o atendimento ou não de cada requisito;

8.9.3. A decisão quanto à aceitabilidade da proposta, será baseada no Relatório/Parecer conclusivo emitido pela Comissão avaliadora do SAAE no que se refere à compatibilidade do sistema ofertado com o objeto;

8.9.4. A sessão para demonstração será pública, admitindo-se o acompanhamento pelos demais licitantes;

8.9.5. Após o parecer final o(a) Pregoeiro(a) se pronunciará quanto à aceitação da proposta baseada no Relatório Final da Comissão Avaliadora;

8.9.6. Da decisão do(a) Pregoeiro(a) sobre a aceitabilidade da proposta caberá recurso, o qual deverá ser registrado via sistema, após o julgamento e aceitabilidade da proposta;

8.9.7. A Comissão Avaliadora, bem como o(a) Pregoeiro(a) e o(a) Diretor(a) Geral poderão realizar as diligências que entender necessárias a fim de verificar a compatibilidade do sistema ofertado com o objeto da licitação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto.

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Itaúna, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta (quando exigida) em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos

e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao SAAE.

11. DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do Contrato.

11.1.1. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/21 por igual período e desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

11.2. Publicada a homologação do processo, a licitante vencedora deverá assinar o Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação para sua assinatura, podendo ser prorrogado o referido prazo em caso de situação justificável e aceita pela Administração.

a) A solicitação de prorrogação do prazo deverá ser anterior ao vencimento do prazo;

11.3. A recusa da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido no subitem anterior, caracteriza descumprimento total da obrigação

assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei nº 14.133/21 e nas sanções administrativas previstas neste Edital, observada a ampla defesa e o contraditório.

11.4. Será aceita assinatura digital do instrumento contratual, desde que seja possível a rastreabilidade do documento e validade da assinatura.

11.5. A assinatura digital será preferencialmente, a do portal gov.br, sendo admitida a utilização do token ou apenas a do gov.br sem certificado.

11.6. Após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, na forma das cláusulas 6.5 (e seus subitens) do Termo de Referência e 7 da Minuta do Contrato.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O recebimento e a fiscalização ficarão a cargo da **Gerente de Faturamento, Sra. Alessandra de Oliveira Guimarães Barbosa – Mat. nº 1540** e do **Gerente de Informática, Sr. Marco Aurélio Alves Pinto – Mat. nº 2055**.

12.1.1. O funcionário responsável pelo recebimento deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. GESTOR DO CONTRATO/ATA

13.1. O Gestor do Contrato será a **Sra. Ângela Geralda Teixeira Ferreira**, nomeada pela **Portaria nº 25 de 1º de abril de 2024**, com capacidade gerencial e conhecimentos sobre o objeto para acompanhar o fornecimento e as instalações e infraestruturas necessárias para execução de contratos e de outros instrumentos hábeis, bem como promover as medidas necessárias para o alcance do seu objeto no interesse da Administração.

13.2. Atribuições do Gestor do Contrato/Ata:

13.2.1. Zelar pela observância dos termos constantes do Edital, projeto básico, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.

13.2.2. Coordenar a atividade do fiscal do Contrato/Ata, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;

13.2.2.1. Na falta do Fiscal de Contrato, o Gestor do Contrato/Ata assumirá as suas responsabilidades;

13.2.3. Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual;

13.2.4. Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato/Ata;

13.2.5. Comunicar e justificar formalmente à unidade demandante quanto a necessidade de:

- a)** alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, as necessidades do SAAE, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização;
- b)** rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração, e
- c)** a necessidade de prorrogação contratual, com antecedência mínima de 02 (dois) meses, antes de seu vencimento, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do

órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do Contrato/Ata, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;

13.2.6. Submeter ao Diretor Geral, para providências cabíveis, pleitos da CONTRATADA referentes a reajustes, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro;

13.2.7. Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviço e submetê-lo à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obras, quando for de sua competência, com vistas a expedição de atestados ou instrumento correlatos;

13.2.8. Notificar formalmente a CONTRATADA quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

13.2.9. Submeter os casos de inadimplementos contratuais à Autoridade Superior, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a CONTRATADA não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;

13.2.10. Coordenar pesquisas mercadológicas, a serem executadas pela Gerência de Compras ou Fiscal do Contrato/Ata, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação, e apoiar, sempre que solicitado, prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômicos financeiros;

13.2.11. Encaminhar para conhecimento e providências da Gerência Superior vinculada, questões relevantes que por motivos técnicos ou legais justificáveis, não puder solucionar;

13.2.12. Formalizar todo e qualquer entendimento com a CONTRATADA ou o seu preposto, assim como documentar por meio de Atas as reuniões realizadas com os mesmos;

13.3. A solicitação de que trata o subitem 13.2.10 deverá ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do vencimento contratual;

13.4. As prorrogações e aditamentos somente poderão ser atendidas com autorização prévia e expressas do Diretor Geral.

14. DO PAGAMENTO

14.1. A cerca do pagamento, serão observadas as condições previstas no **item 6.4** do Termo de Referência.

14.1.1. A Licitante Vencedora deverá destacar na Nota Fiscal apresentada o valor referente ao IRRF para sua retenção, conforme Decreto Municipal nº 8.199/23 de 04 de abril de 2023.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: pregao@saaeitauna.com.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/autoridade competente, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

16.1. A futura CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

16.2. A futura CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

16.3. A futura CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

16.4. A futura CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.5. A futura CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.6. A futura CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

16.7. À futura CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste Edital, bem como no respectivo instrumento contratual.

16.8. A futura CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

16.9. A futura CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, ao SAAE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.10. A notificação não eximirá a futura CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidirem razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.11. A futura CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente Edital e termo instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

16.12. A futura CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

16.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a licitante vencedora e o SAAE, bem como, entre a licitante vencedora e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

16.14. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

16.15. A futura CONTRATADA fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seus sócios representantes nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o SAAE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as disposições deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.saaeitauna.com.br>.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência
- b) Anexo II – Proposta Comercial Detalhada
- c) Anexo III – Prova Conceito
- d) Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato.

Itaúna, 10 de outubro de 2024

Eliana Tavares Mendes
Gerente Superior Adm. e Financeiro

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 38/2024**COMPRASGOV - EDITAL nº 90038/2024****ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. ☐ O objeto da contratação consiste na locação de um sistema de gestão comercial integrado voltado para o setor de saneamento, para o SAAE de Itaúna/MG. Este sistema deverá contemplar a leitura de hidrômetros, emissão de faturas de água e esgoto, gestão de ordens de serviço e controle de tarifas de resíduos sólidos. A contratação incluirá os serviços de instalação, migração de dados, manutenção, atualizações, suporte técnico e treinamento dos servidores.

1.2. DESCRIÇÃO DOS ITENS:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Marca/Modelo
1	Aplicativo móvel	Meses	12	
2	Módulo de leitura e emissão de fatura; Módulo de ordens de serviço web online integrado; Módulo de Dívida Ativa; Módulo Resíduos Sólidos e Módulo de atendimento ao público	Meses	12	
3	Instalação, migração de dados, implantação assistida e Treinamento de usuários	SERVIÇO	01	X
4	Coletores para leitura	UNIDADE	12	
5	Impressoras	UNIDADE	15	
6	Smartphones para OS	UNIDADE	16	

1.3. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT/CATSER e do presente Termo de Referência, prevalecem o descritivo deste Termo de Referência.

1.4. Trata-se de aquisição de bens e serviços comuns de informática, a ser contratada mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, haja vista que os padrões de desempenho e qualidade estão definidos objetivamente neste Termo de Referência, contemplando, inclusive, as especificações usuais de mercado e, portanto, apresentando-se em conformidade com o disposto no inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O objeto deverá ser entregue na Sede Administrativa e Operacional do SAAE, situada à Rua Nonô Ventura, 394, Bairro de Lourdes, CEP 35.680-205, Itaúna/MG. A entrega deverá ser precedida de contato junto ao Setor de Informática desta Autarquia para programação. Endereço eletrônico: informatica@saaeitauna.com.br.

1.6. A licitação ocorrerá com o critério Menor Preço Global.

1.7. O prazo de duração inicial do Contrato será de **12 (doze) meses**, com possibilidade de prorrogação respeitada a vigência máxima decenal, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. Tal situação se justifica em razão de serem serviços executados de forma contínua, visto que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do sistema de gestão comercial integrado para o SAAE de Itaúna/MG fundamenta-se na necessidade de modernizar e automatizar os processos de leitura de hidrômetros, emissão de faturas de água e esgoto, gestão de ordens de serviço e controle de tarifas de resíduos sólidos. O sistema atual, que está prestes a ser descontinuado devido ao término do Contrato, precisa ser substituído para atender de forma eficiente às demandas operacionais da Autarquia, considerando o aumento do número de consumidores e a crescente complexidade das operações de saneamento.

2.2. A implementação de um sistema moderno buscará melhorar a precisão dos processos, promover a integração entre os setores e aprimorar a gestão de recursos humanos e materiais. Com a automação de processos críticos, como a leitura remota de hidrômetros e a emissão simultânea de faturas, o novo sistema reduzirá erros e otimizará o tempo de resposta no atendimento ao público.

2.3. Além disso, o novo sistema atenderá às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e promoverá uma gestão mais sustentável, com impactos positivos na economia de recursos, especialmente por meio da redução do uso de papel e dos deslocamentos desnecessários.

2.4. DO QUANTITATIVO: Considerando o estabelecido no PCA – Plano de Contratações Anual, foi atribuído um custo inicial para a contratação. Dessa forma, a solução foi avaliada dentro desse patamar, levando em consideração também o Contrato anterior, a nova previsão e solicitação dos setores de Faturamento e Informática.

2.4.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual de 2024 conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.5. DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR: A descrição da necessidade da contratação foi devidamente fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterizou o interesse público envolvido nesta contratação.

2.6. DO GERENCIAMENTO DE RISCOS: A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual foi devidamente realizada conforme Mapa de Riscos do objeto desta contratação.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para o SAAE de Itaúna consiste na contratação de um sistema integrado de gestão comercial, com foco em automação, eficiência e modernização dos processos operacionais e de atendimento ao público. A solução envolve a locação de um programa de computador (software) especializado, que abrange as áreas de leitura de hidrômetros, emissão de faturas de água e esgoto, gerenciamento de ordens de serviço e controle de tarifas de resíduos sólidos, com a finalidade de otimizar o controle das atividades de faturamento da Autarquia.

3.1. Componentes Principais da Solução:

- Sistema de Gestão Comercial Integrado

O sistema de gestão comercial proposto será um software multiusuário, baseado em uma arquitetura cliente/servidor, que permitirá a operação simultânea e integrada de diversas funcionalidades. Ele será responsável por centralizar os dados de leitura de hidrômetros, geração de faturas, gestão de dívidas ativas, e controle das tarifas de resíduos sólidos. Todas as informações estarão acessíveis em tempo real, proporcionando maior agilidade e transparência no gerenciamento das atividades.

- Leitura de Hidrômetros e Emissão de Faturas In-Loco

A solução permitirá a leitura dos hidrômetros, com a emissão de faturas diretamente no local da leitura. Utilizando dispositivos móveis com conexão wireless, os leituristas poderão coletar os dados de consumo e imprimir as faturas de água e esgoto de forma instantânea. Esse processo otimizará o tempo de faturamento e reduzirá o risco de erros manuais, melhorando a experiência do usuário e aumentando a eficiência operacional do SAAE. O sistema de Coleta de Dados e Impressão Simultânea deverá ser totalmente integrado ao Sistema de Faturamento e conter os recursos descritos no Anexo I deste Termo Referência.

- Gestão de Ordens de Serviço

O sistema integrará a gestão de ordens de serviço, permitindo o acompanhamento de vistorias, cortes, religação de água, manutenção de redes e outras demandas operacionais. A solução possibilitará o gerenciamento em tempo real das atividades de campo, com rastreamento via GPS das equipes de serviço, atualização automática de status e emissão de relatórios gerenciais detalhados. Isso proporcionará maior controle sobre as operações e facilitará a alocação eficiente de recursos humanos e materiais.

- Controle de Tarifas de Resíduos Sólidos

A solução oferecerá um módulo específico para a gestão das tarifas de resíduos sólidos, permitindo a integração dos dados provenientes da Prefeitura Municipal com o sistema de faturamento do SAAE. As tarifas serão aplicadas automaticamente, conforme o cadastro de cada usuário, garantindo precisão no cálculo e na cobrança. Esse módulo

será completamente integrado às outras funcionalidades do sistema, simplificando o processo de gestão financeira.

- Segurança e Auditoria

O sistema será dotado de mecanismos robustos de segurança da informação, com controle de acessos e permissões por perfil de usuário. Todas as transações realizadas no sistema serão registradas em logs de auditoria, garantindo a rastreabilidade e a integridade dos dados. Além disso, o sistema permitirá a realização de backups automáticos e incrementais, assegurando a recuperação dos dados em caso de falhas ou incidentes.

- Suporte Técnico e Manutenção Evolutiva

A contratada será responsável por fornecer suporte técnico contínuo, abrangendo atendimento remoto e presencial, conforme as necessidades do SAAE. O sistema também incluirá manutenção corretiva e evolutiva, com atualizações automáticas para garantir a conformidade com as legislações vigentes e melhorias tecnológicas. O suporte garantirá a operação contínua e eficiente do sistema, com resposta rápida a qualquer problema operacional.

- Treinamento e Capacitação

A empresa contratada deverá realizar o treinamento completo dos servidores do SAAE, capacitando-os a operar o sistema de forma eficiente em todas as suas funcionalidades. O treinamento incluirá a utilização dos módulos de leitura, faturamento, gestão de ordens de serviço e controle de tarifas, além de procedimentos para geração de relatórios e uso das ferramentas de auditoria. Manuais e documentação técnica serão disponibilizados para consulta permanente.

- Integração com Sistemas Existentes

A solução contratada deverá ser capaz de integrar-se aos sistemas já em uso pelo SAAE e pela Prefeitura, garantindo a comunicação fluida entre os diferentes sistemas de gestão pública. A integração permitirá o intercâmbio de dados de forma automatizada, facilitando o controle financeiro e operacional, bem como a prestação de contas aos órgãos reguladores.

3.2. Ciclo de Vida do Sistema:

- Implantação Inicial e Migração de Dados

O processo de implantação do sistema incluirá a configuração da infraestrutura necessária (servidores e estações de trabalho), a instalação do software e a migração dos dados do sistema anterior. A contratada será responsável por garantir que todos os dados históricos e operacionais sejam transferidos de forma íntegra para o novo sistema, evitando qualquer perda de informações.

- Operação e Suporte Contínuo

Após a implantação, o sistema entrará em operação, e o suporte técnico estará disponível para resolver qualquer questão que possa surgir. O SAAE terá à disposição um sistema de gestão comercial completamente operacional, capaz de automatizar e integrar todos os seus processos de faturamento e serviços relacionados.

- Atualizações e Evolução tecnológica

Durante o período de vigência do Contrato, a empresa contratada será responsável por manter o sistema atualizado com as últimas versões disponíveis, garantindo a conformidade com as legislações e normas aplicáveis. As atualizações incluirão novas funcionalidades e melhorias, sem custos adicionais para o SAAE.

Essa solução integrada proporcionará ao SAAE um aumento na eficiência e transparência de suas operações, além de garantir que a Autarquia esteja equipada para enfrentar as demandas crescentes de modernização e conformidade legal no setor de saneamento básico.

4 – REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

4.1.1. As licitantes deverão constar as marcas e os modelos dos itens ofertados inclusos no escopo da contratação, **sob pena de desclassificação.**

4.1.2. Visando à objetividade na conferência da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar, quando cabível, juntamente com a proposta realinhada, o catálogo técnico para conferência.

4.1.3. A aceitação da proposta está sujeita à aprovação na Prova de Conceito, conforme disposto no item 27 – Anexo I deste Termo.

4.1.4. A Proposta realinhada a empresa deverá discriminar os valores unitários conforme modelo de proposta. **O custo de implantação não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) e nem superior a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta.**

4.1.4.1. A medida visa minimizar a possibilidade de recebimento antecipado de partes significativas do contrato, o chamado “jogo de planilha”.

4.2. DEMAIS DOCUMENTAÇÕES

4.2.1. Documentos fiscais e documentos da pessoa jurídica, conforme disposto no item 7.1 deste Termo de Referência.

4.3. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

4.3.1. Atender às exigências deste Termo de Referência e do Edital, bem como fornecer o objeto em conformidade com as normas legais, atendendo a quantidade e qualidade especificadas.

4.3.2. Ser a única responsável perante o SAAE, não podendo transferir ou ceder direitos ou obrigações, salvo por autorização expressa do SAAE.

4.3.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.3.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

4.3.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do sistema, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

4.3.6. Arcar com despesas de transporte, carga e descarga do objeto deste Termo de Referência.

4.3.7. Entregar o sistema em conformidade com as diretrizes estabelecidas neste Termo, observando as marcas e modelos ofertados na proposta vencedora, sujeitando-se a proponente às penalidades cabíveis.

- 4.3.8.** Manter seus empregados, quando nas dependências da CONTRATANTE, devidamente identificados.
- 4.3.9.** Executar a entrega do objeto utilizando-se dos mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética.
- 4.3.10.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o horário combinado para a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 4.3.11.** Substituir, às suas expensas, qualquer componente do objeto em desconformidade com o descrito neste Termo, com as normas da ABNT e com outros regulamentos pertinentes, bem como de equipamentos (coletores, impressoras e/ou smartphones) em caso de apresentarem defeitos, vícios em baterias e outras inconformidades que impossibilite a operação contínua do trabalho uma vez que estes são essenciais para a execução das atividades pertinentes ao setor.
- 4.3.11.1.** A substituição completa dos Coletores e Impressoras é prevista para o 4º (quarto) ano de contrato, caso haja prorrogação.
- 4.3.11.2.** A substituição completa dos Smartphones é prevista para o 2º (segundo) ano de contrato, caso haja prorrogação.
- 4.3.11.3.** A substituição dos aparelhos poderá ser solicitada antecipadamente em caso de desgastes e por assim estiver obsoleto, observada as descrições dos equipamentos, considerando que deverão ser substituídos por outros do mesmo nível da tecnologia de atendimento do inicialmente ofertado, ou superior e devidamente atualizados tecnologicamente. E em caso de prorrogação por tempo maior será adotado o mesmo procedimento para substituição dos aparelhos.
- 4.3.12.** Proceder ao pagamento de despesas com testes e ensaios, se necessária a comprovação da qualidade do objeto, em atendimento às normas.
- 4.3.13.** Assumir inteira responsabilidade pela qualidade do objeto ofertado, observando as normas e os regulamentos pertinentes ao objeto e os padrões de qualidade estabelecidos.
- 4.3.14.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.3.15. Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, quando este exigir, de forma a eximir o SAAE de qualquer ônus e responsabilidades.

4.3.16. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

4.4. DAS OBRIGAÇÕES DO SAAE

4.4.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.4.2. Aplicar penalidade à licitante vencedora, quando ocorrer o descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.

4.4.3. Pagar a licitante vencedora, mediante dotação orçamentária própria, os preços estipulados na proposta vencedora, podendo o pagamento ser efetuado através de depósito na conta bancária que a licitante vencedora indicar ou através de boleto.

4.4.4. Notificar à licitante vencedora, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades verificadas nos itens, objeto desta licitação, fixando prazo para sua correção, reparação ou substituição.

4.4.5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela licitante vencedora para o fiel cumprimento das obrigações da presente licitação e do Contrato.

4.4.6. Fiscalizar a execução do Contrato decorrente desta licitação e caso haja o descumprimento de quaisquer das condições nele estabelecidas, aplicar penalidade à licitante vencedora.

4.5. Da Segurança e Sigilo das Informações

4.5.1. Toda informação referente ao SAAE Itaúna-MG que a contratada e seus prepostos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados não poderá, sob nenhuma hipótese, ser divulgada a terceiros sem expressa autorização desta Autarquia. Sendo assim, a CONTRATADA deverá manter total segurança e sigilo das informações a respeito dos serviços que tiver acesso.

4.5.2. A CONTRATADA obriga-se a tratar como “segredos comerciais e confidenciais” quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos e modelos relativos, exclusivamente, aos serviços ora contratados, utilizando-os apenas para as finalidades previstas neste TERMO, não podendo revelá-los ou facilitar a sua revelação a terceiros.

4.5.3. Caso se verifique a quebra de sigilo das informações, serão aplicadas à CONTRATADA as sanções administrativas e legais, sem prejuízo das demais cominações legais.

4.5.4. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada pela manutenção de sigilo absoluto sobre todos os dados e informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a realização do certame, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da Lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo SAAE Itaúna-MG a tais documentos.

4.5.5. Fica avençado que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – 13.709/2018), deverá ser observada no presente TERMO, e toda e qualquer adequação fica desde já exigida para vigorar na data da sua vigência, observado o disposto no Art. 65 e incisos.

4.5.6. Da Finalização do Contrato e Transferência do Conteúdo

4.5.6.1. Em caso de rescisão ou ocorrendo nova licitação em qualquer modalidade, com mudança de fornecedor de serviços, a contratada signatária do contrato em fase de expiração, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de evento formal, toda a documentação técnica necessária para a continuidade dos serviços, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos referentes às soluções de TI do ambiente do Contratante, no mínimo nos últimos 3 (três) meses do encerramento do contrato.

4.5.6.2. Ao final do contrato, a Contratada deverá disponibilizar todos os dados de propriedade do Contratante, de modo que possam ser transferidos para o Contratante ou para qualquer terceiro por ela designado, e o prazo será de até 36 horas (trinta e seis horas).

4.5.6.3. Após a transferência integral do conteúdo para outro local, todos os dados e configurações deverão excluídos e zerados de modo a eliminar de forma irreversível as informações armazenadas no antigo local.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. ACEITABILIDADE DO OBJETO

5.1.1. O sistema, bem como os itens inclusos no escopo do objeto devem ser entregues em perfeitas condições de operação, acompanhados de toda a documentação técnica necessária e em conformidade com as especificações e requisitos definidos neste Termo de Referência.

5.1.2. Não serão aceitos produtos com características divergentes às especificadas e nem de marca/modelo diversa à ofertada.

5.1.3. O frete CIF, bem como os custos de instalação e configuração do sistema de gestão comercial integrado, são de responsabilidade exclusiva da(s) licitante(s) vencedora(s), devendo a execução ocorrer com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;

5.1.4. Não serão aceitos os pedidos de prorrogação do prazo de entrega sem a devida justificativa;

5.1.4.1. Em caso de concessão de prorrogação do prazo, este não será superior a 05 (cinco) dias, salvo em casos excepcionais, que deverão ser justificados e juntados aos autos do processo.

5.1.5. Caso se verifique entrega em desconformidade com as exigências deste Termo de Referência, o objeto será devolvido, ficando nesta hipótese todos os custos de retirada por conta da licitante vencedora, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.1.6. Se o objeto estiver danificado, violado ou em estado estranho de conservação, o mesmo deverá ser substituído em sua totalidade, num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a comunicação formal do SAAE, sob pena de despejo.

5.1.7. Caso haja descumprimento do prazo estabelecido para troca ou adequação do objeto entregue em desconformidade, e a licitante não faça a troca e/ou adequação no prazo estabelecido, a licitante vencedora será penalizada.

5.1.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

5.1.9. O sistema deverá atender aos padrões de qualidade especificados neste Termo de Referência e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer item, responderá a licitante vencedora, por danos causados oriundos da utilização dos mesmos.

5.1.10. A licitante vencedora é responsável pela garantia da qualidade do objeto ofertado, ou seja, pelo período de sua garantia.

5.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

A empresa contratada será responsável pela entrega completa do sistema conforme as especificações descritas no Termo de Referência. A entrega do objeto contratual deverá seguir as seguintes condições:

5.2.1. Instalação e Configuração do Sistema: A instalação do sistema de gestão comercial deverá ser realizada em todas as estações de trabalho indicadas pelo SAAE, integrando os diversos módulos do sistema (faturamento, gestão de ordens de serviço, leitura de hidrômetros, gestão de tarifas de resíduos sólidos) em um único banco de dados centralizado. A contratada será responsável por qualquer ajuste técnico necessário à correta operação do sistema, incluindo configuração de servidores, bancos de dados e integrações com os sistemas já existentes na autarquia.

5.2.2. Conversão de Dados: A conversão de dados do sistema atual para o novo sistema deverá ser realizada pela empresa contratada, assegurando a integridade e a preservação dos dados históricos e operacionais do SAAE. Quaisquer falhas ou inconformidades durante o processo de conversão deverão ser corrigidas sem ônus adicional para o SAAE.

5.2.3. Treinamento: A contratada deverá fornecer treinamento presencial e/ou remoto para os servidores do SAAE, capacitando-os a operar o sistema com eficiência. Esse treinamento deverá abranger todas as funcionalidades do sistema, com foco nas operações diárias, consultas de dados, emissão de relatórios e procedimentos de backup. O treinamento deverá ser acompanhado por documentação técnica e manual de uso detalhado.

5.2.4. Suporte Técnico e Assistência: Após a implantação do sistema, a empresa deverá garantir suporte técnico durante toda a vigência do Contrato, com atendimento imediato em caso de falhas ou dificuldades operacionais. O suporte deve ser oferecido por múltiplos canais (telefone, e-mail, sistema de tickets) e deve incluir visitas presenciais, se necessário, para resolver problemas críticos.

5.2.5. Manutenções e Atualizações: A contratada deverá garantir a continuidade operacional do sistema por meio de manutenções preventivas e corretivas. Além disso,

todas as atualizações de versões do sistema, especialmente as que envolvam conformidade com novas legislações ou mudanças normativas, deverão ser realizadas de forma automática, sem custos adicionais para o SAAE.

5.2.6. Documentação Técnica: A contratada deverá fornecer toda a documentação técnica relacionada à implementação, operação, e manutenção do sistema, incluindo manuais de operação, protocolos de segurança, planos de contingência e de backup, além da documentação das integrações realizadas com outros sistemas da Autarquia.

5.3. DOS PRAZOS DE ENTREGA DO OBJETO

O cronograma de execução do Contrato deverá obedecer aos seguintes prazos, com base no planejamento acordado entre a contratada e o SAAE:

5.3.1. Fase de Planejamento e Instalação: A empresa contratada deverá iniciar a instalação do sistema em até 30 dias após a assinatura do Contrato. Nessa fase, deverão ser realizadas as configurações iniciais do sistema, a infraestrutura necessária e a adequação dos servidores e estações de trabalho.

5.3.2. Conversão de Dados: A migração dos dados do sistema anterior para o novo sistema deverá ocorrer dentro de 30 dias após a conclusão da instalação. A contratada deverá assegurar que todos os dados históricos e operacionais do SAAE sejam corretamente migrados, com validação e testes para garantir a integridade e usabilidade desses dados.

5.3.3. Treinamento dos Servidores: O treinamento dos servidores do SAAE deverá ocorrer imediatamente após a instalação do sistema e a conversão de dados, com prazo máximo de 30 dias para a capacitação completa dos usuários em todas as funcionalidades do sistema.

5.3.4. Entrega Final e Operação Completa do Sistema: A entrega final do sistema, com todos os módulos em operação plena, deverá ocorrer em até 90 dias após a assinatura do Contrato. Nessa etapa, o sistema deverá estar completamente operacional, com todas as funcionalidades previstas em pleno funcionamento e com a equipe do SAAE devidamente treinada.

5.3.5. Suporte Técnico Continuado: Durante toda a vigência do Contrato, a empresa contratada deverá prestar suporte técnico, tanto presencial quanto remoto, conforme as necessidades do SAAE. O suporte deverá estar disponível 10 horas por dia, todos dias

úteis de 07:30 às 17:30, podendo ser fora desse horário especialmente em casos de falhas críticas que possam comprometer a operação do sistema.

5.3.5.1. Os chamados técnicos e de suporte serão categorizados em níveis de severidade e deverão ser atendidos nos prazos definidos, conforme descrito na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DE NÍVEIS DE SEVERIDADE	
SLA	Descrição
CRÍTICO	Incidente com paralisação do SISTEMA ou SERVIÇOS DE TI, parte importante dele, ou comprometimento gravíssimo de dados, processos ou ambiente.
ALTO	Incidente com paralisação de parte do SISTEMA ou SERVIÇOS DE TI, ou comprometimento grave de dados, processos ou ambiente.
MÉDIO	Incidente sem paralisação do SISTEMA ou SERVIÇOS DE TI, porém com comprometimento de dados, processos ou ambiente.
BAIXO	Incidente sem paralisação do SISTEMA ou SERVIÇOS DE TI e pequeno ou nenhum comprometimento de dados, processos ou ambiente.

		Chamado		
PRIORIDADE	SLA DE ATENDIMENTO	CONTATO	ATENDIMENTO	SOLUÇÃO
Muito alta	SLA CRÍTICO	60 min	2 horas	4 horas
Alta	SLA ALTO	60 min	4 horas	8 horas
Médio	SLA MÉDIO	60 min	6 horas	24 horas
Baixo	SLA BAIXO	60 min	8 horas	72 horas

5.3.5.2. Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação do responsável da CONTRATANTE e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento.

5.3.5.3. Para casos de adequações que necessitem de desenvolvimentos

adicionais podem ser definidos prazos especiais.

5.3.6. Penalidades por Atrasos: Caso a empresa contratada não cumpra com os prazos estabelecidos para a entrega do objeto, serão aplicadas penalidades conforme estabelecido no Contrato, incluindo multas e eventuais sanções administrativas. A contratada deve manter uma comunicação constante com o SAAE para assegurar que qualquer imprevisto que possa afetar o cronograma seja imediatamente notificado e resolvido.

5.4. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.4.1. A empresa contratada deverá prestar garantia de execução contratual, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas no Contrato. A garantia poderá ser oferecida nas modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme o percentual estipulado no Edital e no Contrato, incidindo sobre o valor total da contratação. A garantia será utilizada para cobrir eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento, má execução ou descumprimento de cláusulas contratuais, garantindo a regularidade da execução do objeto contratado e a continuidade dos serviços prestados. O valor da garantia será restituído à contratada após o cumprimento integral do Contrato, salvo ocorrências de retenção por não conformidades.

5.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1. A subcontratação de quaisquer serviços ou atividades relacionadas ao objeto do contrato será permitida apenas mediante autorização prévia e expressa do SAAE. A empresa Contratada permanece integralmente responsável pela qualidade, prazos e conformidade dos serviços prestados, inclusive aqueles realizados por subcontratados.

5.5.2. Todos os subcontratados deverão atender aos mesmos requisitos técnicos e legais exigidos no contrato original, sendo a contratada a única responsável pela coordenação e supervisão das atividades subcontratadas, sem prejuízo da fiscalização exercida pelo SAAE.

6 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E GESTÃO DO CONTRATO

6.1. DO CONTRATO:

6.1.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

6.1.2 Considerando a necessidade contínua de fornecimento dos serviços e produtos de informática, especialmente por se tratar de um sistema essencial para a operação do SAAE de Itaúna, o Contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a Autoridade Competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

6.1.2.1. A prorrogação ocorrerá desde que mantidas as condições pactuadas e demonstrada a vantagem para a administração pública. A prorrogação poderá ser feita sempre que os serviços continuarem sendo necessários e adequados, garantindo assim a continuidade dos serviços sem interrupções, com base em avaliação da execução contratual e da conformidade do fornecedor com as exigências contratuais, observada a análise de vantajosidade a ser realizada em momento oportuno (art. 107 da lei 14133).

6.2. DA FISCALIZAÇÃO:

6.2.1. O recebimento e a fiscalização do objeto deste Termo ficarão a cargo da Gerente de Faturamento, Sra. Alessandra de Oliveira Guimarães Barbosa – Mat. nº 1540 e do Gerente de Informática, Sr. Marco Aurélio Alves Pinto – Mat. nº 2055.

6.2.1.1. O funcionário responsável pelo recebimento deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Licitante, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

6.2.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem

como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.3. GESTOR DO CONTRATO/ATA:

6.3.1. O Gestor do Contrato será a Servidora Ângela Geralda Teixeira Ferreira - Mat. nº 1665 que definirá o(a) gestor(a), com capacidade gerencial e conhecimentos sobre o objeto para acompanhar o fornecimento e as instalações e infraestruturas necessárias para execução de Contratos e de outros instrumentos hábeis, bem como promover as medidas necessárias para o alcance do seu objeto no interesse da Administração.

6.4. DO PAGAMENTO:

6.4.1. Os pagamentos serão realizados conforme a tabela a seguir:

Descrição	Periodicidade	Condições de Pagamento	Prazo de pagamento
Software e Aplicativo Mobile	Parcela Mensal	Mediante a apresentação da Nota Fiscal.	10 dias após a apresentação da Nota Fiscal.
Coletores para leitura, Impressoras, Smartphones para OS	Parcela Mensal	Mediante a entrega do objeto referente a cada Autorização de Empenho (AE) emitida, apresentação da Nota Fiscal e do Termo de Recebimento Definitivo.	10 dias após apresentação da Nota Fiscal.

Instalação, migração de dados, implantação assistida e Treinamento de usuários, conforme Especificações do Termo de Referência.	Parcela Única	Mediante a apresentação da Nota Fiscal e Relatório Emitido pelo responsável pela fiscalização. Limitado entre 10% a 20% do valor total da proposta de preços vencedora.	30 dias após apresentação da Nota Fiscal.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

6.4.2. A Licitante Vencedora deverá destacar na Nota Fiscal apresentada o valor referente ao IRRF para sua retenção, conforme Decreto Municipal nº 8.199/23 de 04 de abril de 2023.

6.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à licitação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Licitante providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5. DO REAJUSTE:

6.5.1. O preço inicialmente contratado será fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, o preço inicial será reajustado, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.5.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.6.1. A Licitante será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do Contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do Contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a aquisição ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do Contrato;

IX - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – advertência: quando a Licitante der causa à inexecução parcial do Contrato e desde que quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

II – multa: de 0,5% até 10% (dez por cento) aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 6.6.1, observado o item 6.6.3.

III - impedimento de licitar e contratar: será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 6.6.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 6.6.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.6.4. As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

6.6.5. Caso a Licitante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.6.7. A aplicação de sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.6.9. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o contratado a multa de mora de até 10% (dez por cento) observado o item 6.6.3.

6.6.10. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo.

6.6.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Licitante.

6.6.12. As penalidades serão registradas no SICAF.

6.7. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

6.7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Licitante com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

6.8. DA PENALIDADE DE MULTA:

6.8.1. A licitante vencedora ficará sujeita à advertência e multa nos seguintes casos, calculadas de forma proporcional ao objeto, conforme descrito abaixo:

a) Multa de até 5% (cinco) sobre o valor total da parcela, por dia de atraso na instalação e configuração do sistema, não se admitindo atraso superior a 05 (cinco) dias úteis;

a.1) O atraso superior ao prazo estabelecido nesta alínea poderá configurar como inexecução parcial ou total, conforme o caso.

- b) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor da Proposta/Contrato/Ata, por infração a qualquer cláusula ou condição deste Edital, Termo de Referência e/ou instrumento contratual, aplicada em dobro em caso de reincidência, independentemente das demais sanções cabíveis.
- c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato/Ata, no caso de adequações necessárias não realizadas no prazo definido neste Termo de Referência e no respectivo Edital de licitação.
- d) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato/Ata, no caso de recusa de adequações do sistema que apresente inconformidade caracterizando-se a recusa caso a adequação não se efetive dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou outro acordado entre as partes, independentemente das demais sanções cabíveis.
- e) Multa de até 20% (vinte por cento) da parcela no caso de disponibilização dos equipamentos em desconformidade com o termo de referência e/ou apresentadas na proposta.
- f) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da Proposta ou do Contrato, no caso de desistência da proposta ou não assinatura do Contrato, com a não entrega dos equipamentos e/ou instalação do sistema aplicando-se a mesma regra no caso inexecução total do contrato.
- g) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato/Ata, no caso de rescisão por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, inclusive pelo descumprimento das obrigações contratuais, sociais e trabalhistas, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.
- h) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor remanescente do Contrato/Ata, no caso de inexecução parcial do objeto.
- i) Multa de até 30% (trinta por cento) no caso de infrações a LGPD aplicável ao objeto do certame.
- j) Multa de até 10% (dez por cento) caso não seja respeitado os prazos de SLA.

6.8.1.1. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais: não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou no Contrato/Ata; retardamento imotivado na instalação do sistema ou execução dos serviços; paralisação da execução dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao SAAE; entrega de um sistema inadequado ou com

funcionalidades danificadas, como se verdadeiro ou perfeito fosse; alteração de funcionalidades, qualidade ou quantidade das soluções entregues.

6.8.1.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pelo SAAE à licitante vencedora. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela licitante vencedora no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da aplicação da sanção, podendo a Administração cobrá-las judicialmente com os encargos correspondentes, caso necessário.

6.8.1.3. No caso de não recolhimento dos valores das multas aplicadas dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para pagamento, a importância será automaticamente descontada ou a dívida será ajuizada, acrescida de juros moratórios de 0,5% ao mês.

6.8.1.4. As multas previstas no item 6.8.1 serão aplicadas a cada infração cometida.

6.8.1.5. Serão considerados motivos de força maior para isenção de multa:

- a) Greve generalizada dos empregados da licitante vencedora;
- b) Acidente que implique em retardamento na execução dos serviços sem culpa por parte da licitante vencedora;
- c) Calamidade pública.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A licitação será realizada com o critério de **Menor Preço Global**, conforme levantamento de mercado, que aponta ser a solução mais adequada para o SAAE de Itaúna a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de um sistema de gestão comercial integrado. O sistema deverá atender a todas as necessidades operacionais da autarquia, com tecnologia avançada, suporte contínuo e atualizações automáticas. Essa alternativa, além de garantir maior eficiência operacional, oferece o melhor custo-benefício, com impactos positivos tanto na prestação de serviços ao cidadão quanto no desenvolvimento dos servidores.

A contratação de um sistema integrado proporcionará maior segurança, escalabilidade e confiabilidade ao SAAE, assegurando a continuidade de suas operações de forma moderna e eficiente. Assim, conclui-se que a aquisição de uma solução de mercado é a opção técnica e economicamente mais viável.

A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece regras quanto à exclusividade de participação e quanto à reserva de cota de até 25% dos itens/lotes para aquisição de bens de natureza divisível, quando ultrapassado o valor limite.

Neste sentido, dispõe o art. 47 e 48 da referida Lei:

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte” (*grifo nosso*).

No caso em comento, o valor estimado para o presente certame supera o teto legal para exclusividade, sendo a reserva de cotas inaplicável conforme o disposto no art. 49, III, da referida Lei.

Para este certame, que visa à aquisição de um sistema integrado, a reserva de cotas traria prejuízos ao procedimento, dificultando a coordenação entre múltiplos fornecedores e comprometendo a uniformidade na entrega do sistema. Essa fragmentação geraria maiores custos administrativos e de fiscalização, além de colocar em risco a padronização e a qualidade do sistema contratado, essencial para a operação eficiente do SAAE.

Como previsto no Art. 49 da Lei Complementar 123/06:

“Art. 49. **Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:**

I - (*Revogado*);

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
(...)” (*grifo nosso*).

Ressalta-se que a licitação será realizada considerando os demais benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações em relação à apresentação dos documentos de habilitação e quanto ao empate ficto.

Dessa forma, justifica-se a realização de Ampla Concorrência, sem reserva de cota para o certame.

Ademais, não poderão participar da licitação, empresas que estejam reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição. A vedação de empresas em consórcio se dá em razão do objeto do processo licitatório não ser complexo, podendo ser executado de forma individual, sem prejuízo à sua competitividade.

Exigências de habilitação

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.1.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.1.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.1.10. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.1.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.13. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.1.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.1.15. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.1.16. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

7.1.17. Não se aplica.

7.2. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

7.2.1. O critério de julgamento será o **Menor Preço Global**, apurado com base no preço total ofertado por cada licitante para o conjunto de itens que compõem o objeto da licitação. Caso o valor total ofertado exceda o valor estimado, a proposta será desclassificada. Além disso, o preço unitário de cada item que compõe o objeto não poderá ultrapassar o valor estimado, sob pena de desclassificação.

7.2.2. O valor de referência será divulgado após a fase de lances e negociação.

7.2.3. No caso de propostas em que o valor unitário do item exceda o valor de referência, deverá o Pregoeiro possibilitar à licitante detentora da melhor oferta, a oportunidade de adequar o preço unitário do item.

7.2.4. Na análise de aceitabilidade da oferta, o Pregoeiro considerará a conformidade do preço do lote e do preço unitário levando em conta os fatores mercadológicos sobre o caso concreto.

7.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

8 - PROVA CONCEITO

8.1. A Prova Conceito se dará em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da fase de lances e será realizada presencialmente, às 09:30 na sede do SAAE, no endereço Rua Nonô Ventura, 394, Lourdes, Itaúna-MG, na sala de Reuniões Adão José da Silva.

8.2. A licitante provisoriamente vencedora deverá realizar demonstração do software e equipamentos, com uma base de dados já estruturada e bem definida, a título de

amostra e para fins de verificação prévia da conformidade das características técnicas com as especificações técnicas do Termo de Referência.

8.2.1. A licitante considerada REPROVADA na Prova Conceito será DESCLASSIFICADA do certame.

8.3. Para ser APROVADA na Prova Conceito, a licitante deverá atender obrigatoriamente 25 dos itens constantes no Anexo II deste Termo.

8.3.1. A licitante considerada APROVADA na Prova Conceito deverá disponibilizar a execução dos itens não atendidos e os demais constantes no Termo de Referência em até 30 dias após a migração de dados, conforme cronograma de instalação no Item 9.

8.3.2. A licitante que não atender a quantidade de itens estabelecida no Anexo II será REPROVADA na Prova Conceito e, conseqüentemente, DESCLASSIFICADA do certame.

9 – CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO:

9.1. O Sistema deverá ser entregue e implantado na Sede do SAAE, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de assinatura do Contrato, considerando os prazos abaixo:

9.1.1. 30 (trinta) dias para instalação do Sistema, contados a partir da data de assinatura do Contrato, com a integração dos módulos dentro deste prazo, não podendo interromper as atividades normais do SAAE;

9.1.2. 30 (trinta) dias para a migração de dados, contados a partir da finalização instalação do Sistema;

9.1.3. 30 (trinta) dias para treinamento a contar da data de finalização da migração;

9.1.4. 30 (trinta) dias para implantação assistida a contar da data de finalização da migração.

9.1.4.1. A licitante vencedora deverá efetuar a instalação do software, com acompanhamento da equipe técnica do SAAE, esclarecendo as dúvidas que surgirem durante este processo.

10 – ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 em seu artigo 24 estabelece que: “Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem

prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, desta forma, conforme doutrina Zymler e Dios (2014, p. 117):

“A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.”

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

“Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.”

Dessa forma, o sigilo do orçamento visa aumentar a assertividade da Administração na escolha da contratada, assegurando que a proposta apresentada seja compatível com a capacidade da empresa de cumprir os compromissos assumidos. O orçamento estimado para a contratação será tornado público apenas após o julgamento das propostas, garantindo-se, previamente, a divulgação do detalhamento dos quantitativos e demais informações necessárias para a elaboração das ofertas.

Desta forma o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, tornando público

apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta do exercício de 2025 na dotação orçamentária nº 04.122.0041.2806/3.3.90.40.00.00.

Itaúna, 12 de setembro de 2024.

SETOR DEMANDANTE:
Documento lido e aprovado por: Eliana Tavares Mendes Gerente Superior Administrativa e Financeira – Mat. nº 2433 Renato Luis de Resende Gerente Superior Técnico Operacional – Mat. nº 2614
EQUIPE DE PLANEJAMENTO:
Documento elaborado por: EQUIPE DE FATURAMENTO e INFORMATICA. Alessandra de Oliveira Guimarães Barbosa Gerente de Faturamento – Mat. nº 1540 Marco Aurélio Alves Pinto Gerente de Informática – Mat. nº 2055

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I – DETALHAMENTO DO OBJETO

1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO SISTEMA COMERCIAL

1.1. A conversão dos dados dos sistemas atuais para o novo sistema deverá ser realizada pela licitante vencedora. As adaptações das bases de dados e fórmulas, conforme características particulares de cada uma delas, visando o correto funcionamento dos sistemas são de total responsabilidade da licitante vencedora, portanto, quaisquer incorreções no processo de conversão e detectados no período contratual, deverão ser sanados pela licitante vencedora, sem ônus adicionais para o SAAE;

1.2. A licitante vencedora deverá disponibilizar uma consultoria local para acompanhamento, suporte e treinamento durante todo o processo até final da implantação;

1.3. O sistema deverá ser um sistema multiusuário e com transações em tempo real para todos os usuários, permitindo o compartilhamento de arquivos de dados e informações de uso comum;

1.4. O sistema deverá permitir de forma integrada e automatizada a recepção de dados (tarifa de resíduos sólidos) oriundos da Prefeitura Municipal mensalmente, de maneira que seja necessária, no máximo, a importação do arquivo de dados no sistema pelo usuário;

1.5. O sistema deverá ser desenvolvido na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica em ambiente Windows nas estações de trabalho (Windows 10 e superiores) e acesso a banco de dados relacional (Windows Server 2019 com SQL Server 2022 Standart fornecidos pelo SAAE). Havendo necessidade de outra configuração, a situação será avaliada junto a Gerência responsável e a licitante vencedora deverá apresentar o referido servidor/banco de dados por meio de comodato devidamente legalizado;

1.6. O sistema, objeto desta licitação, deverá utilizar uma base integrada de dados.

1.7. O sistema deverá estar preparado para ambiente multiusuário, dotado de toda segurança que este ambiente exige (tratamento de transações);

1.8. Todas as informações deverão pertencer ao mesmo banco de dados, estando imediatamente disponíveis a todos os módulos, quando de sua atualização;

- 1.9.** Deverá ainda possibilitar a inclusão/alteração de informações neste banco de dados de modo totalmente corporativo, sendo que uma atividade executada por um setor seja totalmente apreciada pelos demais;
- 1.10.** O sistema deverá possuir mecanismos de tratamento de senhas, os quais restrinjam o acesso do usuário em função do perfil administrativo ao qual pertence.
- 1.11.** Não deverá haver limite do número de usuários do sistema, bem como do número de máquinas em que será instalado o Sistema.
- 1.12.** O sistema deverá possuir mecanismos de registros das transações efetuadas (log/histórico). Através deste procedimento, deverão ser gravadas as alterações efetuadas no banco, assim como seu autor e a data/hora em que o evento ocorreu (como fonte para auditoria);
- 1.13.** O sistema deverá conter geradores de relatórios. Esse recurso terá como maior objetivo auxiliar o usuário final na elaboração de seus próprios documentos e relatórios.
- 1.14.** Permitir a visualização de relatórios em tela antes de sua impressão. Possuir a facilidade de importação/exportação de dados para os padrões XLS, TXT, PDF, e etc. onde forem necessários.
- 1.15.** Nenhum dos softwares a serem instalados e/ou atualizados deverão causar incompatibilidade com outros já instalados, sendo que a sua perfeita adequação será de responsabilidade única e exclusiva da empresa a ser contratada.
- 1.16.** O sistema deverá possuir mecanismos que permita fazer a atualização automática dos programas à medida que forem geradas novas versões, bem como proceder ao fechamento mensal.
- 1.17.** Providenciar obrigatoriamente a integração com sistema ora contratado, sem que isso gere qualquer custo adicional e nem que se alegue desconhecimento.
- 1.18.** Permitir rotinas que possibilitem a geração de layout para importação e exportação de arquivos de outros sistemas quando necessários.
- 1.19.** Permitir geração de arquivos pelo SAAE para consolidação junto aos órgãos do poder executivo ou outros, que deve obedecer ao layout a ser fornecido.
- 1.20.** O sistema deverá permitir a realização de backup com o banco de dados em utilização (em trabalho) e o salvamento dos dados em intervalos não inferiores a minutos (backup incremental online).

1.21. A empresa vencedora deverá manter versões que atendam às Legislações vigentes, promovendo atualizações em tempo hábil para cumprimento das obrigações legais;

1.22. Na hipótese do SAAE necessitar do desenvolvimento de novas rotinas e/ou alterações na estrutura dos sistemas objeto desta licitação, assim como treinamentos adicionais ou outros serviços não contemplados neste Termo de Referência, a licitante deverá apresentar orçamento para prévia aprovação do SAAE, exceto se as adequações e/ou alterações se fizerem necessárias em virtude de lei, hipótese em que todos os custos deverão ser cobertos pela licitante vencedora.

1.23. O sistema deverá armazenar, de modo histórico, todas as alterações efetuadas na base de dados, registrando a informação original e a informação alterada, incluindo a data da movimentação, campos alterados e funcionário que executou a tarefa;

1.24. O sistema deverá integrar com qualquer sistema já em uso ou a ser implantado conforme a necessidade da autarquia, bem como da Administração Direta (referente a cobrança da tarifa de coleta, remoção e destinação de resíduos).

1.25. O sistema deverá possuir rotina de backup diário automático.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

1.2.1- O sistema deverá apresentar solução completa para o faturamento (gestão comercial/contas e consumo), ou seja: permitir a entrada dos dados da leitura dos hidrômetros de forma descentralizada; a geração das inconsistências de leitura e de consumo, alterações de leitura/consumo e emissão das contas de água, esgotos, requerimentos de ligações novas e de serviços, isenções de contas de água total e parcial e processamento das informações das tarifas de manejo de resíduos sólidos, conforme características abaixo:

2- DA LEITURA, IMPRESSÃO E ENTREGA SIMULTÂNEA DE CONTA DE ÁGUA E NOTIFICAÇÕES DE DÉBITO

2.1 - OBJETIVO

Possibilitar ao Fiscal e/ou Leiturista efetuar os registros das leituras e ocorrências dos hidrômetros, o faturamento, em campo, em tempo real (leitura e impressão da conta de

água e esgoto e das notificações no mesmo minuto), a impressão das faturas de água e notificações diversas e possibilitar o envio e recebimento das informações de campo para o Sistema de Faturamento. O Sistema de Coleta de Dados e Impressão Simultânea deverá ser totalmente integrado ao Sistema de Faturamento e conter os recursos descritos a seguir:

2.2 - CARACTERÍSTICAS

2.2.1- O software deverá possibilitar a operação de forma descentralizada, propiciando o processamento remoto do faturamento em campo e comunicação através do protocolo TCP/IP utilizando-se conexão Wireless, chip de dados móveis (ou uma doca) para troca de informações com o sistema de gestão do Sistema de Faturamento;

2.2.2- O faturamento e emissão de contas de água e esgoto com boleto (*in-locu*) também serão mantidos como opção de impressão de contas de acordo com as regras estabelecidas pela Autarquia;

2.2.3- Deverá conter no mínimo as seguintes funcionalidades:

2.2.3. Procedimento de descarga dos dados coletados e faturados em campo, para o Sistema de Faturamento, via Wireless, chip de dados móveis ou doca;

2.2.4. Procedimento de pesquisa e consulta de posicionamento de usuários no roteiro por endereço, número do hidrômetro, identificação do usuário, identificação de roteiro e posição relativa do usuário no roteiro;

2.2.5. Procedimento de rotina de coleta, consistência de leituras e registro de irregularidades, divergências e ocorrências;

2.2.6. Procedimento de captura de imagens (fotos) com vinculação direta ao código de ligação;

2.2.7. Procedimento de descarregamento das fotos vinculadas ao código de ligação para o banco de dados automatizado;

2.2.8. Procedimento de cálculo tarifário de consumo de água, e das tarifas de resíduos sólidos, troca de medidores e lançamento pelo consumo tarifado;

2.2.9. Procedimento de impressão de contas de água com código de barras padrão FEBRABAN, CNAB, em impressora portátil térmica direta sem fio, utilizando a comunicação por Bluetooth;

2.2.10. Ter a capacidade de transmissão das leituras em tempo real via GPRS, protegendo os dados coletados contra eventuais perdas, devido a travamento do computador móvel ou outros motivos quaisquer;

2.2.11. O Sistema de Coleta de Dados e Emissão Simultânea deverá comportar o cadastro de todos os fiscais e leituristas, códigos de ocorrências e ligações pertencentes ao mesmo de roteiro de leitura, ordenados por sequência de leitura e demais dados relativos à conta de água;

2.2.12. O Sistema de Coleta de Dados e Emissão Simultânea deverá permitir a mudança de fiscal/leiturista a qualquer tempo em qualquer roteiro de leitura.

2.2.13. Analisar, em tempo real, a leitura informada pelo leiturista com base nas informações contidas, tais como leitura anterior, média dos últimos consumos, com mecanismo de alerta quando houver divergências quanto ao consumo médio e o medido. Deverão ser cadastrados os percentuais de tolerância a maior e a menor em relação a estes consumos informados;

2.2.14. O Sistema deverá possuir, entre outros, parâmetros de ocorrências que indiquem se o campo de leitura deve ou não ser preenchido. Ex: Em uma ocorrência de portão fechado ou hidrômetro inacessível o sistema deverá analisar a média dos últimos consumos e gerar a conta;

2.2.15. Aviso de ligação há mais de X (parametrizável) meses sem leitura real efetuada pelo SAAE;

2.2.16. Através de parametrização, o Sistema deverá mostrar o último consumo registrado e a média habitual, quando for detectado consumo maior ou menor que a média, durante o registro da respectiva leitura e na forma fixada pela agência reguladora – ARISB-MG;

2.2.17. O sistema deve permitir a parametrização de códigos de ocorrência, que no momento do lançamento do mesmo, seja exigido a captura da imagem (fotografia comprovando o lançamento do código de ocorrência);

2.2.18. No computador móvel, as funções multimídia, acesso a vídeo, som, navegação de internet, jogos, instalações de softwares, modificação de configurações, fundo de tela, proteção de tela e demais funcionalidades não relacionadas exclusivamente a coleta de leituras, registro de fotos e emissão de contas, devem ser desativadas e/ou estar inacessíveis para os fiscais e leituristas;

- 2.2.19.** O Sistema deverá contar com procedimento específico para os casos em que a leitura tenha sido realizada há mais de 30 dias. Deverá calcular o valor do consumo correspondente a um ciclo de leitura de aproximadamente 30 (trinta) dias, atualizando os valores de água e esgoto e posicionando a leitura atual;
- 2.2.20.** Deverá permitir a impressão de mensagens de débito nas contas, com opção de tamanho e fontes diversas;
- 2.2.21.** Deverá permitir a impressão das mensagens exigidas por lei e as mensagens educativas/informativas do SAAE, com opção de tamanho e fontes diversas;
- 2.2.22.** Deverá permitir a impressão da quitação anual de débitos, de acordo com os critérios estabelecidos pelo SAAE e com legislação vigente e registro no histórico do consumidor;
- 2.2.23.** A licitante vencedora durante a vigência do Contrato deverá manter integralmente a quantidade de coletores necessários para execução do objeto contratado. Para tanto, a licitante vencedora será comunicada sempre que necessária a reposição e deverá providenciá-la imediatamente;
- 2.2.24.** A contratada deverá fornecer as capas protetoras dos coletores, bem como bolsas e alças necessárias, repondo esses acessórios semestralmente, ou em caso de necessidade após análise de sua vida útil.

3- DAS LEITURAS DE HIDRÔMETROS

- 3.1-** O sistema deverá gerar os arquivos para leituras dos hidrômetros por grupo e roteiro de leitura, respeitando a sequência cadastrada ou a classificação estabelecida pelo SAAE, através do calendário de leitura;
- 3.2-** Deverá registrar as divergências encontradas em campo de acordo com códigos cadastrados, gerando relatórios para análise das informações coletadas;
- 3.3-** Registrar as ocorrências e/ou anormalidades identificadas pelos leituristas em seu trajeto;
- 3.4-** O sistema deverá permitir a mudança automática do método de leitura e conta simultânea para o modo de leitura sem impressão das contas;
- 3.5-** O sistema deve permitir a inclusão de leituras manualmente, para casos de leitura informada pelos usuários;

- 3.6-** Permitir o gerenciamento das atividades dos leituristas, através de relatórios de erros, leituras coletadas, ocorrências de leitura obtidas no ato da leitura e das notificações emitidas;
- 3.7-** Todos os softwares de suporte e banco de dados adicionais necessários para o funcionamento do sistema deverão ser fornecidos pela licitante com suas respectivas licenças de uso;
- 3.8-** Os arquivos trocados entre o coletor de leituras e o Sistema de Saneamento Básico deverão seguir layout definido pelo SAAE, obrigatoriamente compatível em todos os níveis com o Sistema de Saneamento Básico;
- 3.9-** O sistema deverá conter no mínimo as seguintes funcionalidades, em relação ao módulo de Leitura:
- 3.9.1-** Procedimento de preparação do arquivo para o Módulo de Leitura;
- 3.9.2-** Procedimento de distribuição para o Módulo de Leitura dos arquivos preparados na etapa anterior;
- 3.9.3-** Procedimento de recebimento dos arquivos após a coleta das leituras;
- 3.9.4-** Procedimento de geração das informações gerenciais e de acompanhamento das seguintes atividades: quantidade de leituras, horário da realização das leituras, nome do leiturista, intervalo de tempo entre leituras e relatórios gerenciais necessários;
- 3.9.5-** O sistema deve permitir a parametrização de códigos de ocorrência, que no momento do lançamento do mesmo, seja exigida a captura da imagem (fotografia comprovando o lançamento do código de ocorrência).
- 3.9.6-** O sistema deverá vincular as fotografias, provenientes dos coletores de dados, ao código da ligação, através de campos apropriados no banco de dados.
- 3.9.7-** O Módulo de Leitura deverá permitir a mudança de leiturista a qualquer tempo.
- 3.9.8-** O sistema deverá possibilitar acompanhar as leituras em tempo real através de módulo Gerenciador Web com as seguintes características:
- 3.9.8-1.** Aplicação 100% Web, sem necessidade de instalação de aplicativos ou ferramentas para acesso remoto ou emulação de ambiente desktop;
- 3.9.8-2.** Utilização de formato visual totalmente Web, sendo compatível com os principais navegadores (browsers) existentes (Chrome, Safari, Firefox, Edge e outros) nos principais sistemas operacionais existentes (Windows, Linux, MacOS);

- 3.9.8-3.** A contratada deverá fornecer, incluso no pacote e por sua conta, hospedagem na nuvem, gestão da base de dados e rotinas de backup;
- 3.9.8-4.** O módulo gerenciador Web deverá ser responsivo dentro dos navegadores (browsers) nos Smartphones e Tablets nos sistemas operacionais Android, IOS e Windows Phone;
- 3.9.8-5.** Permitir parametrização geral da parte operacional, do cálculo da fatura e da impressão da fatura;
- 3.9.8-6.** Parametrização de ocorrência por situações de leitura/cálculo;
- 3.9.8-7.** Permitir parametrização individual por agente de leitura permitindo configurações diferentes para cada agente bem como o uso de diversos equipamentos entre os agentes;
- 3.9.8-8.** Rotina de importação das informações do sistema gestor para o módulo mobile de acordo com o layout que será definido e apresentado posteriormente.
- 3.9.8-9.** Integração de retorno de dados ao sistema gestor via API;
- 3.9.8-10.** Rotina de visualização de leituras com todos os dados de cálculo e impressão da fatura, podendo visualizar fotos e a fatura graficamente em modelo similar ao impresso;
- 3.9.8-11.** Rotina de exportação de arquivos do módulo mobile para o sistema gestor no de acordo com o layout que será definido e apresentado posteriormente. Este arquivo deverá retornar todos os dados relativos a leitura, cálculo e impressão da fatura;
- 3.9.8-12.** Permitir parametrização das regras de cálculo e impressão da fatura;
- 3.9.8-13.** Permitir visualização e listagem de log do processo de leituras e impressão simultânea para leituras efetuadas no mínimo de 30 dias;
- 3.9.8-14.** Estar previamente integrado ao sistema gestor utilizado na empresa;
- 3.9.8-15.** Disponibilidade das informações de log para exportação para o sistema gestor;
- 3.9.8-16.** Permitir customização de mensagem de saldo de consumo;
- 3.9.8-17.** Possuir relatórios operacionais e gerenciais configuráveis de acordo com a necessidade;
- 3.9.8-18.** Possuir recursos de controle de usuários, senhas e acessos;
- 3.9.8-19.** Possuir recurso de instalação automática do software mobile nos coletores/smartphones;

- 3.9.8-20.** Possuir recurso de exportação de múltiplos arquivos;
- 3.9.8-21.** Permitir parametrização de configuração para desligamento automático dos coletores/smartphones;
- 3.9.8-22.** Permitir parametrização para exibição da leitura anterior e consumo médio nos coletores/smartphones;
- 3.9.8-23.** Permitir parametrizar a utilização do campo tipo de entrega da fatura durante as leituras;
- 3.9.8-24.** Permitir parametrizar a utilização do campo motivo de não entrega da fatura durante as leituras;
- 3.9.8-25.** Permitir parametrização de cálculo proporcional por dias de consumo;
- 3.9.8-26.** Permitir parametrização de fontes para as impressoras;
- 3.9.8-27.** Permitir parametrização de alerta diferenciado para leitura fora da faixa;
- 3.9.8-28.** Permitir parametrização para alteração de data de leitura no coletor/smartphone;
- 3.9.8-29.** Permitir parametrização para alertar ocorrência anterior e observações no coletor/smartphone;
- 3.9.8-30.** Recurso para lançar ocorrência para toda uma rota ou parte de uma rota;
- 3.9.8-31.** Permitir a roteirização das grades já importadas, redistribuindo conforme demanda.
- 3.9.8-32.** Possuir parametrização de mensagens de comunicado de débito;
- 3.9.8-33.** Possuir parametrização de mensagens de comunicado de consumo alterado;
- 3.9.8-34.** Possuir parametrização de mensagens de comunicado por ocorrência;
- 3.9.8-35.** Possuir parametrização de mensagens de quitação anual de débitos;
- 3.9.8-36.** Possuir parametrização de mensagens de comunicado alternativo;
- 3.9.8-37.** Permitir parametrização de rotina de cadastramento no ato da leitura;
- 3.9.8-38.** Permitir parametrização de uso de recursos de fotos no ato da leitura;
- 3.9.8-39.** Possuir rotina de gerenciamento de grupos de leitura;
- 3.9.8-40.** Possuir rotina de distribuição lógica dos grupos de leitura;
- 3.9.8-41.** Possuir rotina de exportação e importação de grupos de leitura local ou por API através de recursos de internet;

- 3.9.8-42.** Possuir parametrização dos equipamentos usados para telemetria e suas funcionalidades;
- 3.9.8-43.** Possuir rotina de recebimento e envio das leituras on-line;
- 3.9.8-44.** Programação de cargas para recebimentos nos coletores.
- 3.9.8-45.** Possuir rotina para visualização da rota e rastreamento do leiturista por GPS com apresentação dos dados de leitura, valores da fatura, data/hora e etc. de cada ponto em Mapas;
- 3.9.8-46.** Recurso de monitoramento online em tempo real dos leituristas;
- 3.9.8-47.** Possuir rotinas de repasse;
- 3.9.8-48.** Possuir recurso de chat dentro do próprio sistema de leitura que permita ao operador enviar informações (mensagens) aos leituristas em campo podendo ser enviado para um leiturista específico ou para todos.
- 3.9.8-49.** Gerenciamento completo de cargas, tendo acesso a todas as informações de campo contendo:
 - 3.9.8-50.** Controle de produtividade;
 - 3.9.8-51.** Rastreamento em tempo real;
 - 3.9.8-52.** Monitoramento em tempo real;
 - 3.9.8-53.** Status e progresso de carga;
- 3.9.9- Características do sistema Mobile dos coletores/smartphones:**
 - 3.9.9-1.** Compatível com o sistema operacional Android 7.0 ou superior, podendo ser utilizado tanto em Smartphones como em coletores de dados robustos com IP54 ou superior;
 - 3.9.9-2.** Compatível com resolução de tela ou proporcional de 480 x 800 (WVGA) para Android;
 - 3.9.9-3.** Compatível com impressoras que usam o padrão de programação CPCL, ESC/P e ZPL;
 - 3.9.9-4.** Possuir recursos de backup automático restauração de backup;
 - 3.9.9-5.** Possuir visualização de históricos de consumo do cliente;
 - 3.9.9-6.** Possuir recurso de captura de coordenadas GPS para rastreamento;
 - 3.9.9-7.** Possuir visualização de relatório de estatísticas de leituras;
 - 3.9.9-8.** Possuir consulta de quantidade de visitas por ocorrência;

- 3.9.9-9.** Possuir relatório de consumo por rota, constando a quantidade total de leituras por rota, quantidade de leituras realizadas e quantidade de leituras não realizadas;
- 3.9.9-10.** Leitura de código de barras com número do hidrômetro;
- 3.9.9-11.** Gerenciamento de faturas a serem entregues em outro endereço;
- 3.9.9-12.** Possuir consulta de consumidores parametrizáveis;
- 3.9.9-13.** Possuir controle de contas retidas e não impressas, para casos de endereço de entrega ser diferente do endereço da leitura;
- 3.9.9-14.** Possibilitar informar tipo de entrega tabelado;
- 3.9.9-15.** Possibilitar informar motivo de não entrega tabelado;
- 3.9.9-16.** Possuir controle de ocorrências múltiplas;
- 3.9.9-17.** Possibilidade de utilização mínima de até 12 leituristas simultaneamente em campo.
- 3.9.9-18.** Possuir recurso de mudança de ordem de leituras por rota, endereço, etc.;
- 3.9.9-19.** Realizar o cálculo e impressão de contas conforme padrões e regras de negócio da empresa e do sistema gestor;
- 3.9.9-20.** Possuir recurso de cancelamento e reimpressão da conta no ato da leitura;
- 3.9.9-21.** Possuir consulta de consumidores;
- 3.9.9-22.** Possuir consulta de dados detalhados dos consumidores;
- 3.9.9-23.** Possuir consulta de endereços não visitados;
- 3.9.9-24.** Possuir consulta de contas não impressas por ocorrência;
- 3.9.9-25.** Possuir controle total via software da impressora para configuração, posicionamento de papel e verificação de Status;
- 3.9.9-26.** Possuir controle de log de operações;
- 3.9.9-27.** Tempo máximo para gravação da leitura, cálculo e impressão total da fatura após acionada a confirmação da leitura incluindo backup em cartão SD e geração de Log: 10 segundos;
- 3.9.9-28.** Permitir trocar de leiturista durante o processo de leitura, utilizando a respectiva senha do leiturista;
- 3.9.9-29.** Permitir cálculo e impressão de fatura em todas as opções de leitura em ligação mestre com ligações dependentes para condomínios;

- 3.9.9-30.** Permitir cálculo e impressão de fatura em todas as opções ligações coletivas;
- 3.9.9-31.** Possuir consulta de consumidores com ligação mestre;
- 3.9.9-32.** Possuir consulta de contas retidas com ligação mestre;
- 3.9.9-33.** Permitir atualizar a versão do software de forma online;
- 3.9.9-34.** Controle de impressão com recursos para desabilitar impressão, saltar página e verificar status da impressora;
- 3.9.9-35.** Comunicação interna com a impressora;
- 3.9.9-36.** Navegação para primeiro e último cliente da rota;
- 3.9.9-37.** Possuir recurso através de equipamentos apropriados capturar fotos de hidrômetros, fachadas e adulterações de hidrômetros e de imprimir uma das fotos na própria fatura;
- 3.9.9-38.** Possuir recurso de recadastramento e atualização cadastral de informações dos consumidores;
- 3.9.9-39.** Possuir recurso de impressão de documento de comunicado de débitos em atraso com código de barras para pagamento de uma ou várias contas em atraso;
- 3.9.9-40.** Possuir recurso de impressão de documento de comunicado de consumo alterado;
- 3.9.9-41.** Possuir recurso de impressão de documento de comunicado de ocorrência;
- 3.9.9-42.** Possuir recurso de impressão de documento de comunicado de quitação anual de débitos;
- 3.9.9-43.** Possuir recurso de impressão de documento de comunicado alternativo;
- 3.9.9-44.** Possuir recurso de transmissão online de leituras;
- 3.9.9-45.** Possuir recurso de leitura por telemetria para cálculo e impressão das faturas. Esta leitura por telemetria deve ser por hidrômetro por imóvel ou por grupo de hidrômetros de um condomínio. Deve ser possível a leitura de alarmes e ocorrências do hidrômetro via telemetria;
- 3.9.9-46.** Possuir recurso de chat dentro do próprio sistema de leitura no coletor para que o leiturista receba mensagens em campo e também tenha a opção de responder e enviar mensagens ao operador como forma de comunicação devendo manter o histórico de mensagens do dia leitura para o operador e para o leiturista;

4- DA VISUALIZAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DE ITENS ESPECÍFICOS

- 4.1-** Obrigação do registro de leitura ou código de leitura/ ocorrência para dar sequência ao próximo imóvel / leitura;
- 4.2-** Quando houver, gerar uma indicação de análise sobre consumo maior ou menor que a média mostrando o último consumo registrado e a média habitual;
- 4.3-** O sistema deverá permitir a análise e verificação das inconsistências de leitura com altos e baixos consumos, visando os ajustes necessários nas contas com acréscimos e decréscimos de consumo ou outras críticas marcadas pelo sistema;
- 4.4-** A análise de consumo deverá ser efetuada em tela própria, contendo no mínimo filtro por: grupo, referência, roteiro logradouro, tipo de crítica, consumo e no resultado da seleção deverão ser apresentados no mínimo as informações: código de ligação, crítica, situação da ligação, percentual de variação, identificação, categoria e economia, leitura anterior, leitura atual, ocorrência de leitura, data de leitura, leiturista;
- 4.5-** O sistema deverá permitir durante a crítica da leitura em tela, a seleção de ligação para releitura ou vistoria e ainda a inclusão do status da crítica, por exemplo: analisada, vista, assim como filtro pela situação da crítica;
- 4.6-** Deverá ser permitido pelo sistema, durante a crítica, a alteração da leitura, ocorrência e data da leitura, alterando assim automaticamente o status da crítica, indicando que a mesma já foi verificada e evitando que seja verificada novamente;
- 4.7-** As ligações selecionadas para releitura ou vistoria deverão ter opção de impressão em formulário próprio para que seja dada continuidade ao processo de crítica da leitura;
- 4.8-** Deverá ainda ter a opção de marcar as ligações desejadas para a geração de ordens de serviço no Sistema de Atendimento ao Cidadão (que passará a efetuar o acompanhamento da execução das mesmas);
- 4.9-** Quando efetuada a crítica de leitura em tela, deverá ter opção de visualização do histórico da ligação e de impressão do relatório contendo as informações da crítica de leitura;
- 4.10-** O sistema deverá impedir a liberação do grupo e continuidade do processo de leitura/cálculo enquanto todas as críticas registradas não tiverem sido verificadas. Deverá demonstrar em tela as quantidades pendentes de cada roteiro e as respectivas ligações;

- 4.11-** O sistema deverá emitir comunicados de consumo excedente à média, após a emissão da conta mensal, no ato da leitura, com um texto explicativo;
- 4.12-** Também deverá ser possível, emitir uma outra conta, com código de barras, de todos os débitos em aberto, incluindo-se débitos inscritos em dívida ativa, no ato da leitura. O vencimento dessa conta deverá ser estipulado pelo SAAE, bem como o texto a ser impresso;
- 4.13-** O sistema deverá estar preparado para a emissão das notificações de débito na própria fatura;
- 4.13.1-** O sistema deverá permitir a manutenção nas notificações emitidas, permitindo cadastrar o status da entrega das mesmas;

5- DO CÁLCULO E EMISSÃO DAS FATURAS EMITIDAS NA SEDE ADMINISTRATIVA

- 5.1-** Geração do código de barras nas contas de água, esgoto e serviços, no padrão Febraban, para baixa dos pagamentos pelo processo de captura do código com a utilização de meio ótico (Scanner), específico para esta finalidade;
- 5.2-** A leitura, o cálculo, a emissão de contas e as demais rotinas associadas deverão ser executadas de forma assíncrona, por grupo;
- 5.3-** O processamento de leituras de hidrômetros, cálculo e emissão das contas de água, esgoto, serviços e tarifa de resíduos sólidos de acordo com a estrutura tarifária do SAAE e legislação vigente;
- 5.4-** Depois de efetuado o cálculo, o sistema deverá permitir a emissão das contas de água, esgoto e serviços ou a geração de arquivo com as informações necessárias à emissão para que seja enviada ao SAAE que efetue a emissão das mesmas;
- 5.5-** A conta de água, esgoto e serviços deverá estar preparada para a inclusão de mensagens de débito de contas anteriores e também a emissão da declaração de quitação anual de débitos conforme determinado na Lei 12.007/2009, de acordo com critérios estabelecidos pelo SAAE;
- 5.6-** O sistema deverá imprimir contas em folha A4- frente e verso de primeira via com as respectivas notificações de débitos e outros comunicados, similares aos da conta simultânea em impressora multifuncional;
- 5.7-** Deverá estar disponível após o cálculo a emissão do histograma de consumo;

5.8- O sistema deverá permitir o registro e manutenção dos roteiros e sequências de leitura de hidrômetros e de entrega de contas; mostrando as informações atuais cadastradas, permitido a alteração para novos roteiros e redefinindo a sequência automaticamente das ligações alteradas, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo SAAE;

5.9- Deverá ainda ser permitida a alteração de roteiros por grupo, roteiro e logradouro sem que a sequência seja afetada;

5.10- O sistema deverá ter opção de resequenciamento dos roteiros que não tiverem tido leitura ou entrega por logradouro através de parâmetros definidos, tais como: intervalo da sequência, numeração do logradouro, lado da rua e etc.

5.11- O Sistema deverá permitir o envio de contas por e-mail sem necessidade de impressão.

5.11-1. A empresa deverá fornecer o endereço de e-mail capaz de enviar as contas a todos os clientes do SAAE.

6- DA INTERNET

6.1- O Sistema deverá permitir os serviços de Emissão de 2ª vias de contas e carnês, emissão de extrato de débitos, emissão de certidão negativa de débitos, histórico de consumo e últimas leituras, consultar as últimas contas pagas, consultar o anexo tarifário, consultar os dados cadastrais, solicitação de serviços, consulta de status de solicitações de serviços, utilizando-se de tecnologia WEB com hospedagem inclusa por conta da licitante vencedora, através de link a ser disponibilizado pela mesma e publicado no site www.saaeitauna.com.br.

6.2- APLICATIVO - MOBILE DE ATENDIMENTO

6.2.1- O sistema também deverá permitir acesso à aplicativo mobile IOS e Android;

6.2.2- Possuir tela de login podendo o usuário informar a identificação para acesso ao aplicativo;

6.2.3- Possuir tela para consulta dos dados cadastrais contendo no mínimo as seguintes informações: código de identificação do usuário, nome do usuário, qual o tipo de serviço o usuário possui, endereço da ligação, endereço de correspondência caso exista,

categoria da ligação, data da instalação do hidrômetro, situação da ligação, mapa cadastral;

6.2.4- Possuir tela para consulta de contas pagas contendo no mínimo as seguintes informações: Número identificador da guia, valor, vencimento, data de pagamento e identificação do órgão arrecadador;

6.2.5- Tela para consulta de contas a pagar contendo no mínimo as seguintes informações: Número identificador da guia, referência, valor a pagar, vencimento, linha digitável para pagamento na rede bancária e informação se a guia estiver em débito automático;

6.2.6- Tela para consulta de possíveis lançamentos/serviços a serem cobrados em contas futuras;

6.2.7- Tela para consulta das solicitações/requerimentos realizados;

6.2.8- Tela para consulta de últimas leituras contendo no mínimo as seguintes informações: Leitura, data da leitura e ocorrência;

6.2.9- Exibir dados cadastrais comerciais do SAAE como endereço, telefone, WhatsApp, home Page entre outros;

6.2.10- Possuir tela para solicitação de serviços;

6.2.11- Exibir histórico de acessos;

6.2.12- Gerar 2ª via de conta em PDF;

6.2.13- Compatível com Android e iOS - Apple.

7- DOS COLETORES DE DADOS E DAS IMPRESSORAS TÉRMICAS

7.1- COLETORES DE DADOS – 12(doze) UNIDADES

7.1.1- Os equipamentos devem ser comprovadamente novos (primeiro uso) e conter as seguintes características:

- a) Os equipamentos devem ser comprovadamente novos (primeiro uso);
- b) Sistema operativo: Android 10.0 ou Superior;
- c) Display com “Touch Screen”;
- d) Processador mínimo: 1.8 GHz Octa-core;
- e) O display deverá ser colorido com iluminação de fundo, com no mínimo 4 polegadas com retroiluminação LED;

- f) Deverá possuir uma porta USB exclusiva para comunicação com o computador;
- g) Memória: 3 GB RAM x 32GB Flash;
- h) Teclado numérico físico com no mínimo 30(trinta) teclas.
- i) Teclado deve possuir além de teclado numérico, também teclas de navegação;
- j) Deverá possuir no mínimo 1 (um) *slots* de expansão de memória flash;
- k) Deverá possuir interface Bluetooth com versão igual ou superior a 4.0;
- l) O coletor deverá oferecer IP65 e a prova de queda de uma altura de até 1,5 m, ambos comprovados em catálogo;
- m) Deverá possuir um módulo ótico integrado, sem partes móveis, para a leitura de códigos 1D e 2D;
- n) O equipamento deverá ser homologado para uso com o software de leitura utilizado por nossa empresa, devendo ser disponibilizada uma unidade antes do fornecimento;
- o) Deverá possuir câmera digital colorida mínima de 13 Megapixel com auto-focus e flash LED;
- p) Deverá possuir GPS com assistente integrado (AGPS);
- q) Deverá possuir WLAN: IEEE 802.11 a/b/g/n/ac/d/h/i/r/k/v; Wi-Fi™ certified; IPv4, IPv6, 1x1 MU-MIMO;
- r) Peso máximo: 350 gramas (com bateria);
- s) Dimensões máximas: 210 x 76 x 40 mm;
- t) O coletor deverá ser acompanhado de fonte para carregar a bateria (100 – 240 VAC);
- u) O coletor deverá ser acompanhado de cabo para comunicação via USB;
- v) Deve vir acompanhado de bateria de Li-Ion removível, compatível com no mínimo 3.500mAh;
- w) O fornecedor deverá realizar a instalação e configuração inicial necessária para o pleno funcionamento com nosso software utilizado sendo totalmente responsável pela compatibilização de funcionalidades;
- x) Os recursos de captura de fotos, GPS, comunicação de dados e gerenciamento de teclado deverão funcionar com as bibliotecas nativas do sistema operacional
- y) Todos os requisitos e funcionalidades (Bluetooth, Câmera) devem ser atendidos sem a adição ou encaixe de módulos internos ou externos ao equipamento;
- z) Deverá ser apresentado certificado de homologação da ANATEL para o equipamento;

- aa) O equipamento deve ser fornecido com capa protetora com alça para fixação ao corpo do usuário;
- bb) O equipamento deve ser fornecido com cartão incluso para operações de backup;
- cc) Deverá ser apresentado folder do equipamento junto a proposta de preços;
- dd) Durante a vigência do contrato com o SAAE, a proponente deverá manter contrato SLA de manutenção dos coletores direto com o fabricante, sendo que serão cobertos nessa garantia uma ocorrência de defeito por mau uso por equipamento e todas ocorrências de defeito por desgaste natural incluso peças e mão de obra, ambos sem custo adicional para o SAAE, bem como, seguro contra roubo e/ou furto com a reposição de um novo equipamento sem ônus ao SAAE, mediante apresentação do respectivo boletim de ocorrência.
- ee) A proponente deverá fornecer Chip de dados de operadora a sua escolha, conforme especificado;
- ff) O serviço de dados deve ter funcionamento aceitável no município de Itaúna-MG;
- gg) Tecnologia 4G ou superior;
- hh) O Chip será usado exclusivamente para tráfego de dados e Voz;
- ii) O Chip deverá conter plano de dados com volume de dados contratado suficiente para cada mês de serviços.
- jj) O Chip de dados deve ser compatível com os coletores locados;
- kk) O modelo/marca de referência é o coletor Zebra MC 2700, ou modelo equivalente ou de melhor qualidade, devendo a licitante vencedora fornecer as impressoras com especificações equivalentes ou superiores ao modelo de referência sugerido;

7.1.2) Os coletores deverão possuir garantia de 12 (doze) meses.

7.2- IMPRESSORAS TÉRMICAS 15(QUINZE) UNIDADES

7.2.1- Requisitos mínimos da impressora térmica:

- a) Os equipamentos devem ser comprovadamente novos (primeiro uso);
- b) Impressão térmica direta com impressão de textos, código de barras e imagens;
- c) Processador mínimo: 528 Mhz 32Bits;
- d) Memória Flash Mínima: 4 GB;

- e) Largura de impressão mínima: 100 a 104mm;
- f) Largura máxima da bobina: 113 mm;
- g) Método de impressão: Rolo com diâmetro até 57mm;
- h) Capacidade mínima de 24 metros de rolo de bobina;
- i) Resolução mínima 203 dpi;
- j) Temperatura de operação: -4º a 55ºC;
- k) Interface de comunicação mínima: Bluetooth 4.1;
- l) Velocidade mínima de impressão: 127 mm / segundo;
- m) Peso máximo: 800g (com bateria);
- n) Display LCD;
- o) Norma de operação: IP54;
- p) Resistência a múltiplas quedas em concreto de 2,0 metros de altura;
- q) O equipamento deverá ser homologado para uso com o software de leitura utilizado por nossa empresa, devendo ser disponibilizada uma unidade antes do fornecimento;
- r) Fonte para recarga de bateria conectável a própria impressora;
- s) Bateria recarregável mínima: Lítio-Ion de 6.500mAh;
- t) Dimensões máximas incluindo bobina: 160 x 160 x 70 mm;
- u) Código de barras: Barcode Ratios (1.5:1, 2:1, 2.5:1, 3:1, 3.5:1), Linear Barcodes (Code 39, Code 93, UCC/EAN128, Code 128, Codabar (NW-7), Interleaved 2-of-5, UPC-A, UPC-E, 2 and 5 digit add-on, EAN-8, EAN-13, 2 and 5 digit add-on) e 2-Dimensional (PDF417, MicroPDF417, MaxiCode, QR Code, GS1 / DataBar™ (RSS) family, Aztec, MSI/Plessey, FIM Postnet, Data Matrix, TLC39);
- v) Padrão de comandos CPCL com firmware com CPCL nativo para suporte a ZPL e EPL;
- w) Suportar trabalhar com arquivos PCX para impressão de imagens, em especial, imagem de estrutura da fatura/documentos para impressão em formulários em branco;
- x) Suportar a impressão de fotos capturas por Smartphones e Coletores de dados e enviadas para impressora a cada captura;
- y) Função de retorno do status da impressora para softwares de impressão utilizados no Coletor ou Smartphone Windows Mobile e Android;
- z) Permitir o carregamento de qualquer tipo de fontes customizáveis de letras para a memória da impressora, possibilitando o uso via comando;

- aa) Possuir software de gerenciamento e configuração da impressora via desktop;
- bb) Possuir sensor de blackmark para identificação da parada de avanço de bobina com bobinas com blackmark no final do formulário, parte traseira do formulário, com 3 mm mínimos de espessura;
- cc) O fornecedor deverá realizar a instalação da impressora com todas as configurações necessárias para o pleno funcionamento com nosso software utilizado nos Coletores/Smartphones Android;
- dd) Disponibilização de SDK para Android 4.1 (ou superior) que permita todas as funcionalidades descritas neste termo. O fornecimento da SDK não elimina a necessidade de também trabalhar diretamente com comandos diretos no padrão CPCL;
- ee) Deverá ser apresentado certificado de homologação da ANATEL para o equipamento;

7.3- O modelo/marca de referência é a impressora Zebra ZQ-521, ou modelo equivalente ou de melhor qualidade, devendo a licitante vencedora fornecer as impressoras com especificações equivalentes ou superiores ao modelo de referência sugerido;

7.4- Conforme especificado no Modelo de Proposta que faz parte integrante do edital e deste termo de referência, deverão ser fornecidos 12 (doze) coletores com licença e com chip de dados já preparados para coleta e impressão simultânea de contas;

7.5- Juntamente com os 12 (doze) coletores de dados para coleta e impressão simultânea de contas, deverão ser fornecidas **15 (quinze) impressoras térmicas**.

7.6- As bobinas térmicas a serem utilizadas para impressão das faturas serão fornecidas pelo SAAE, mediante regular procedimento licitatório;

7.7- A manutenção dos coletores de dados e impressoras será por conta da licitante vencedora em toda e qualquer hipótese, exceto quando comprovadamente o defeito for decorrente de mau uso ou acidente;

7.8- Em caso de roubo ou extravio de algum dos equipamentos que estejam sob a guarda do SAAE, a licitante vencedora deverá providenciar a sua reposição ficando o ônus para o SAAE.

8- DOS SMARTPHONES (DEZESSEIS UNIDADES)**8.1- Requisitos mínimos do smartphone:**

- Formato do Aparelho: Barra;
- Interface com o Usuário: Touch Screen;
- Display: Tecnologia: IPS LCD;
- Tamanho Mínimo do Display: 6.2";
- Quantidade de Cores na Tela: 16 Milhões;
- Resolução (Tela Principal): 720 x 1520 (HD+);
- Sistema Operacional: Android 13.0 ou mais recente – Plataforma: 64 bits;
- Processador Mínimo: Octa-Core;
- Velocidade Mínima do Processador: 2.0GHz;
- Bandas: 2G GSM, 3G WCDMA, 4G LTE FDD - 2G GSM GSM 850, GSM 900, DCS 1800, PCS1900 - 3G UMTS B1 (2100), B2 (1900), B4 (AWS), B5 (850), B8 (900) - 4G FDD LTE B1 (2100), B2 (1900), B3 (1800), B4 (AWS), B5 (850), B7 (2600), B8 (900), B12 (700), B17 (700), B28 (700);
- Bluetooth versão Mínima: 4.2;
- Conexão Wi-Fi: 802.11 b/g/n/ac 2.4GHz 5.0GHz;
- Tipo de SIM: Nano SIM (4FF);
- Número de Chip: Dual-SIM;
- USB versão: 2.0 tipo-C;
- Sensores: Acelerômetro, Sensor de Proximidade;
- Câmera Traseira: Câmera Dupla 50MP + - Abertura: f1.8;
- Flash: Flash LED;
- Câmera Frontal: - Resolução: 5MP - Abertura: F2.0;
- Localização: GPS, Glonass, Galileo;
- Memória Interna total compartilhada: 64GB;
- Memória RAM: 4GB;
- Bateria: 5.000 mAh;
- Tipo de Bateria: Ions de Lítio;
- Conteúdo da Embalagem: Smartphone – Carregador de parede - Cabo USB - Extrator de Chip – Manual do usuário;

- Garantia: 12 (doze) meses;
- Deverá vir com película de vidro já instalada e capa carteira

8.2- Conforme especificado no Modelo de Proposta que faz parte integrante do edital, deverão ser fornecidos 16 (dezesesseis) smartphones com chip de dados para execução de ordem de serviço:

8.3- O modelo de referência é o Moto G04s / Galaxy A05, ou modelo equivalente ou de melhor qualidade, devendo a licitante vencedora fornecer objeto com especificações equivalentes ou superiores ao modelo de referência;

8.4- A manutenção dos smartphones será por conta da licitante vencedora em toda e qualquer hipótese, exceto quando comprovadamente o defeito for decorrente de mau uso ou acidente;

8.5- Em caso de roubo ou extravio de algum dos equipamentos que estejam sob a guarda do SAAE, a licitante vencedora deverá providenciar a sua reposição ficando o ônus para o SAAE.

9- DA COLETA DE DADOS PARA EXECUÇÃO DE ORDENS DE SERVIÇOS DE VISTORIA E CORTE

9.1- OBJETIVO

Possibilitar que as equipes de manutenção, leituristas e fiscais, possam programar e executar ordens de serviço com a utilização de coletores de dados.

9.2- CARACTERÍSTICAS

9.2.1- O software deverá possibilitar a operação de forma descentralizada, propiciando o controle da execução das ordens de serviço em campo e comunicação através do protocolo TCP/IP utilizando-se conexão Wireless, chip de dados móvel ou uma doca para troca de informações com o Sistema de Atendimento ao Cidadão. E deverá conter no mínimo as seguintes funcionalidades;

9.2.2- Procedimento de carga das informações contidas no banco de dados do servidor, referentes às ordens de serviço que serão executadas para cada um dos coletores, via Wireless, chip de dados móvel ou doca;

- 9.2.3-** Procedimento de descarga dos dados coletados em campo, para o Sistema de Atendimento ao Cidadão via Wireless, chip de dados móvel ou doca;
- 9.2.4-** Procedimento de localização de ordens de serviço por logradouro;
- 9.2.5-** Procedimento que permite ao executante das ordens de serviço, registrar as informações referentes à execução ou não execução das mesmas. Tais como: data de início da execução, data de término, tipo de corte, leitura do corte, ocorrência da não execução, materiais, equipamentos e mão de obra utilizados;
- 9.2.6-** O Sistema de Coleta de Dados de Ordens de Serviços deverá permitir a mudança de operador do equipamento a qualquer momento;
- 9.2.7-** No computador móvel, as funções multimídia, acesso à vídeo, som, navegação de internet, jogos, instalações de softwares, modificação de configurações, fundo de tela, proteção de tela e demais funcionalidades não relacionadas exclusivamente a coleta de dados de ordens de serviço devem ser desativadas e/ou estar inacessíveis para os operadores;
- 9.2.8-** Gerenciamento do status de cada uma das ordens de serviço referente à: arquivos já carregados em coletores; arquivos já processados; arquivos estornados.

10- DAS ORDENS DE SERVIÇO

- 10.1-** O sistema deverá apresentar condições para o registro das ordens de serviço de qualquer tipo de serviço, de acordo com a necessidade do SAAE. O sistema deverá permitir, através de uma tabela de códigos de serviços específicos, registrar o código correspondente ao problema indicado pelo consumidor ou pelo Setor de Contas e Consumo da Autarquia;
- 10.2-** Deverá ter a opção de registrar informações fornecidas aos consumidores, sem a necessidade de geração de ordem de serviço;
- 10.3-** A localização e identificação dos consumidores para abertura das ordens de serviço devem ser feitas através do código de ligação, grupo, roteiro, nome de usuário e proprietário, hidrômetro e endereço do imóvel;
- 10.4-** Ao selecionar a ligação desejada, o sistema deverá preencher automaticamente os principais dados do imóvel, tais como endereço, categoria, economia, hidrômetro, proprietário, última leitura e outros;

10.5- O sistema deverá colocar na tela de abertura das ordens de serviço, mensagem de clara visualização quando a ligação selecionada apresentar débitos vencidos e não pagos, permitindo também, por opção do operador, a visualização em tela dos detalhes dos débitos vencidos e pendentes de pagamento, assim como a informação de corte na ligação e ordem de corte emitida;

10.6- Deverá apresentar o demonstrativo das leituras e consumos e a informação de pagamento das contas de água e esgoto;

10.7- Na tela de abertura de ordem de serviço deverão estar contemplados no mínimo: código do serviço, prazo para execução do serviço, valor do serviço – quando cobrado dados do imóvel; nome e telefone do solicitante; ponto de referência do imóvel, campo para observações;

10.8- Na abertura de ordens de serviço, antes de gravar as informações, o sistema deverá verificar a existência de outras ordens abertas no mesmo logradouro, tendo a opção de associar o registro a uma Ordem de serviço já existente ou gravar uma nova OS;

10.9- Deverá ser gerado histórico na ligação do sistema comercial referente à abertura das ordens de serviço.

10.10- O Sistema deverá controlar também as manutenções internas, preventivas e corretivas. Estas manutenções referem-se a equipamentos e estruturas prediais pertencentes à Autarquia. Deverá, para cada ordem de serviço, indicar os equipamentos e mão de obra a serem utilizados. Em relação às manutenções preventivas, o Sistema deverá ter o recurso de gerar automaticamente, orientado por uma parametrização específica, ordens de serviços periódicas.

10.11- O Sistema deverá possuir módulo gerenciador web das ordens de serviço com as seguintes características mínimas:

10.11-1. Aplicação 100% Web, sem necessidade de instalação de aplicativos ou ferramentas para acesso remoto ou emulação de ambiente desktop;

10.11-2. Utilização de formato visual totalmente Web, sendo compatível com os principais navegadores (browsers) existentes (Chrome, Safari, Firefox, Edge e outros) nos principais sistemas operacionais existentes (Windows, Linux, MacOS);

10.11-3. A contratada deverá fornecer, incluso no pacote e por sua conta, hospedagem na nuvem, gestão da base de dados e rotinas de backup;

- 10.11-4.** O módulo gerenciador Web deverá ser responsivo dentro dos navegadores (browsers) nos Smartphones e Tablets nos sistemas operacionais Android, IOS e Windows Phone;
- 10.11-5.** Permitir parametrização geral da parte operacional;
- 10.11-6.** Permitir rotina de troca de agente responsável pela execução das OS's;
- 10.11-7.** Permitir a parametrização de exibição de OS's;
- 10.11-8.** Permitir a parametrização de exibição do campo de tipo de Serviço executado na tela do Equipamento Mobile;
- 10.11-9.** Permitir a parametrização de obrigatoriedade de informar observação na OS;
- 10.11-10.** Permitir a parametrização para utilização de recursos de GPS;
- 10.11-11.** Parametrização de rotina de geoprocessamento (monitoramento em tempo real);
- 10.11-12.** Permitir a parametrização de intervalo de envio das coordenadas GPS (segundos);
- 10.11-13.** Parametrização do envio de fotos;
- 10.11-14.** Parametrização individual e por equipe de Serviço permitindo configurações diferentes;
- 10.11-15.** Permitir a inativação de equipes;
- 10.11-16.** Parametrização e gerenciamento dos tipos de Serviços, permitindo configurações diferentes para cada tipo
- 10.11-17.** Permitir a parametrização se o tipo de Serviço executado irá exigir a captura de fotos;
- 10.11-18.** Permitir a parametrização se o tipo de Serviço executado irá exigir a supervisão dos Serviços;
- 10.11-19.** Possuir cadastro do motivo de impedimento da execução da ordem de Serviço, permitindo configurações diferentes para cada tipo
- 10.11-20.** Possuir a parametrização do tipo de execução de Serviços;
- 10.11-21.** Possuir cadastro de equipamentos;
- 10.11-22.** Possuir cadastro de tipo de corte;
- 10.11-23.** Possuir cadastro de turnos de trabalho, destacando hora inicial e final;
- 10.11-24.** Possuir rotina de visualização e gerenciamento das ordens de Serviço

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

- 10.11-25.** Possuir a visualização dos Serviços lançados na ordem de Serviço;
- 10.11-26.** Possuir a visualização dos dados técnicos de água e esgoto;
- 10.11-27.** Possuir a visualização dos Serviços solicitados;
- 10.11-28.** Possuir a visualização dos membros das equipes que trabalharam na execução da OS;
- 10.11-29.** Possuir a opção de download das fotos capturadas por ordem de Serviço;
- 10.11-30.** Possuir visualização de Materiais utilizados na execução da ordem de serviço.
- 10.11-31.** Estar previamente integrado ao sistema comercial/gestor utilizado na empresa;
- 10.11-32.** Rotina de importação e exportação online de grupos de Serviço de acordo com layout a ser fornecido;
- 10.11-33.** Rotina de exportação online de ordens de Serviços emergenciais para o equipamento mobile;
- 10.11-34.** Rotina de cancelamento online do envio de ordens de Serviço para o equipamento mobile em campo;
- 10.11-35.** Possuir tela de monitoramento das ordens de Serviço;
- 10.11-36.** Monitoramento das equipes de Serviço com base nas coordenadas GPS da última ordem de Serviço executada com visualização em pontos no mapa;
- 10.11-37.** Exibir no mapa a rota percorrida pela equipe através de execuções das Ordens de Serviços, de forma a possibilitar o acompanhamento do caminho percorrido pela equipe. (Não sendo aceitável apenas uma ligação de pontos, mas sim o traçado real da rota (Ruas, avenidas, etc....));
- 10.11-38.** Possuir destaque de cores no mapa com Status de cada Ordem de Serviço como;
- 10.11-39.** Possuir rotina de consulta de gráfico quantitativo de Serviços por equipe, com filtros para pesquisa e exibição;
- 10.11-40.** Possuir Relatórios gerenciais e operacionais configuráveis;
- 10.11-41.** Possuir recurso para gerenciamento de tempo de execução, possibilitando a análise por Equipe ou por Serviço, constando informações como:
- 10.11-42.** Possuir visualização dos dados de paralisação das ordens de Serviço, constando informações de tempo e motivo de paralisação;

- 10.11-43.** Possuir tela de monitoramento da situação de cada equipe em campo;
 - 10.11-44.** Permitir configuração de comunicados diversos, permitido a impressão em campo pelo modulo mobile.
 - 10.11-45.** Possuir recurso via mapa para visualizar Status da equipe em campo;
 - 10.11-46.** Possuir recurso via mapa para visualização de ordens de Serviços;
 - 10.11-47.** Possuir Tela de Crítica de O.S.
- 10.12-**Características mínimas do módulo Mobile de OS a ser executado nos smartphones:
- 10.12-1.** Compatível com o sistema operacional Android 7.0 ou superior;
 - 10.12-2.** Compatível com resolução de tela 480 x 800 (WVGA) ou proporcional;
 - 10.12-3.** Controle de usuário e senha para acesso;
 - 10.12-4.** Recursos de backup automático e restauração de backup;
 - 10.12-5.** Visualização de grade de Serviços;
 - 10.12-6.** Recurso de mudança de ordem da rota;
 - 10.12-7.** Recurso de pesquisa de Ordens de Serviço;
 - 10.12-8.** Visualização de informações detalhadas da Ordens de Serviço, antes de iniciar a execução;
 - 10.12-9.** Possuir Estatísticas de Serviços;
 - 10.12-10.** Possibilitar captura de foto avulsa;
 - 10.12-11.** Recurso de envio de fotos pendentes;
 - 10.12-12.** Recurso de exigir fotos antes, durante e depois da execução;
 - 10.12-13.** Visualização de fotos;
 - 10.12-14.** Captura de fotos do Serviço executado;
 - 10.12-15.** Possibilidade de utilização mínima de até 14 Equipes em campo.
 - 10.12-16.** Opção de ler código de barras do hidrômetro através da câmera.
 - 10.12-17.** Recurso de captura de coordenadas GPS para rastreamento;
 - 10.12-18.** Controle de materiais utilizados e seu quantitativo;
 - 10.12-19.** Controle de dados técnicos de localização, distância, profundidade, dentre outros, de redes e ramais;
 - 10.12-20.** Recurso de questionário customizável de vistoria;
 - 10.12-21.** Recurso de classificação de ordens de Serviço;
 - 10.12-22.** Recurso de exame predial;

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

- 10.12-23.** Exibir notificações nos Equipamentos móveis de O.S avulsas;
- 10.12-24.** Permitir troca de agente em campo;
- 10.12-25.** Realizar consistência no número do hidrômetro para os Serviços que exigirem esta informação;
- 10.12-26.** Recurso para captura de hora inicial e final da OS de forma automática;
- 10.12-27.** Recurso de solicitação de Serviço;
- 10.12-28.** Possibilitar visualização de anexos;
- 10.12-29.** Possuir impressão de comunicado alternativo para mensagens gerais a serem entregues na execução do Serviço;
- 10.12-30.** Recurso de paralisação durante a execução da ordem de Serviço, sendo possível informar hora inicial, hora final e motivo;
- 10.12-31.** Recurso de auxílio GPS para localização de endereço das ordens de Serviço a serem executadas
- 10.12-32.** Recurso de transmissão online de Serviços;
- 10.12-33.** Recurso de envio automático de dados e fotos;
- 10.12-34.** Possuir impressão de comunicado de corte para notificação ao consumidor no momento do Serviço sendo possível ainda exigir a assinatura no registro.

11- DA IMPRESSÃO DE ORDENS DE SERVIÇO

11.1- O Sistema ofertado pela proponente deverá apresentar condições de registro e emissão das ordens de serviços. No documento impresso deverão constar os dados cadastrais do endereço indicado, o código e a descrição da solicitação, as características da equipe executora;

11.2- Deverá haver a possibilidade de seleção das ordens de serviços para impressão por período e Setor responsável a fim de facilitar o controle e execução dos serviços;

11.3- Deve haver a possibilidade de transmissão do serviço a uma equipe, por meio de dispositivos móveis (smartphones). Neste caso, ao efetuar a transmissão deverá ser registrado no sistema a transmissão e para qual equipe; a OS deverá ser considerada como impressa;

11.4- O sistema deverá efetuar o controle de impressão das ordens de serviços impedindo que a OS seja impressa várias vezes erroneamente, assim como o controle de quando e quem efetuou a impressão/reimpressão.

11.5- Deverá ter opção de controle de data de entrega e retorno da OS à equipe executora;

11.6- O sistema deverá permitir a utilização de layouts de ordens de serviço diferentes de acordo com o tipo de chamado a ser executado.

12- DA EXECUÇÃO E ENCERRAMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇO

12.1- O sistema ofertado pela proponente deverá apresentar condições de baixa dos dados dos serviços executados em campo;

12.2- A estrutura de funcionamento deste Sistema deverá estabelecer uma integração de forma on-line do centro operacional do SAAE com os serviços de Atendimento a Cidadãos o que possibilitará uma gestão eficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis;

12.3- O sistema deverá estar preparado para realizar a baixa das solicitações e dos serviços executados, registrando a equipe, o veículo, a quilometragem, o serviço, a data e hora de execução, bem como dados dos serviços executados, tipos e quantitativos de materiais, equipamentos e mão-de-obra aplicados;

12.4- Deverá estar preparado para a integração com o sistema comercial; assim, ao efetuar o encerramento das ordens de serviços algumas tarefas serão realizadas, tais como: cadastro de nova ligação de água e esgoto, corte no fornecimento, reativação do fornecimento, troca de hidrômetro, atualização de dados cadastrais, instalação de hidrômetro, geração de histórico da execução do serviço;

12.5- Ao encerrar ordens de serviço para controle da execução de novas ligações de água e esgoto deverá ser gerado automaticamente pelo Sistema de Atendimento ao Cidadão, o registro, no Sistema de Faturamento, da ligação recém-concluída;

12.6- O Sistema de Atendimento ao cidadão deverá lançar, quando for o caso, a cobrança de serviços executados e que impliquem em custo para o usuário. O lançamento deverá ser feito automaticamente para inclusão na (s) próxima (s) fatura (s) de água e esgoto.

12.7- O Sistema deverá permitir a inclusão de várias tarefas a serem executadas na mesma ordem de serviço, a fim de promover o controle para conclusão de um serviço, obtendo assim uma visão clara de todas as etapas necessárias à execução da solicitação efetuada pelo consumidor;

12.8- Deverá permitir a abertura automática de tarefas a serem executadas para a conclusão da solicitação, efetuando o controle e liberação das tarefas de acordo com a execução da ordem estabelecida;

12.9- Deverá permitir o controle de permissão para encerramento das ordens de serviço pelo Setor responsável;

12.10- Quando a ordem de corte for encerrada, o sistema deverá mostrar na ligação, o tipo de corte, situação: cortada por falta de pagamento, na rua, ou a pedido;

12.11- Ao encerrar a Ordem de serviço de religação, o sistema deverá mostrar, na ligação, a data da religação.

13- PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇOS

13.1- O sistema deverá permitir a programação automática de serviços a serem executados pelas equipes de acordo com a parametrização entre serviços, logradouros, equipes e áreas de manutenção da cidade efetuada pelo SAAE.

13.2- O sistema deverá permitir visualização na tela do computador da programação efetuada pelo sistema, permitindo pela programação, distribuir os serviços em aberto entre as equipes de manutenção disponíveis.

13.3- Na tela deverá constar nos filtros por período, departamento e equipe, dentre outros, com opção de visualização das seguintes informações: ordens de serviço em execução, em atraso, programadas, sem programação, carga horária da equipe, tempo inicial e final para execução dos serviços.

13.4- O sistema deverá permitir a impressão das ordens de serviço programadas, para distribuição entre as equipes disponíveis no dia.

14- MICROMEDIÇÃO

14.1- Para a micromedição o Sistema deverá estar preparado para gerenciar, de forma automática, todas as informações e dados históricos dos hidrômetros instalados, retirados, recuperados, aferidos, etc.; registrando de forma automática os dados das ligações em que o hidrômetro está ou esteve instalado;

14.2- Deverá ser mantida pelo Sistema de Micromedição tabela com os dados dos hidrômetros instalados nas diversas ligações de água e dos mantidos em estoque, no

mínimo com as informações de fabricante, vazão, quantidade de dígitos, diâmetro, fabricante, fornecedor, data e nota fiscal de aquisição;

14.3- Deverão ser registradas, de forma automática, as datas de cada instalação/retirada, os códigos de ligação das instalações, as datas de registro de paralisação de cada hidrômetro assim como as ocorrências verificadas nos procedimentos de leitura para faturamento e relativas aos hidrômetros. Esses registros devem estar disponíveis para consulta no cadastro do hidrômetro;

14.4- Deverão ser registradas as trocas de hidrômetros efetuadas nas ligações, armazenando os dados da retirada e colocação. Somente poderão ser utilizados hidrômetros previamente cadastrados em tabelas específicas;

14.5- Deverá estar disponível opção de correção do número do hidrômetro, para os casos onde houve erro de cadastro, sem que esta alteração afete o consumo da ligação;

14.6- O sistema deve disponibilizar opção de cadastro das aferições efetuadas, mostrando resultado em tela e emitindo o respectivo laudo;

14.7- Deverá ainda ter opção de armazenamento de hidrômetros aferidos, indicando local e tempo que deve permanecer guardado.

15- CORTE E RELIGAÇÃO

15.1- O sistema deverá permitir que se identifique de maneira seletiva os consumidores inadimplentes para com a Autarquia, permitindo a emissão dos comunicados de corte, segundo critérios de seleção;

15.2- O sistema deverá disponibilizar condições para identificar os consumidores devedores por ligação, grupo, roteiro, logradouro, categoria, vencimentos, meses pendentes, valores mensais e globais, disponibilizando a informação para as ações de regularização da carteira;

15.3- O sistema deverá estar preparado para a emissão das notificações de corte com código de barras para pagamento, efetuando o agrupamento das contas no momento da emissão das notificações;

15.4- O sistema deverá permitir a manutenção nas notificações de corte emitidas, permitindo cadastrar o status da entrega das mesmas;

- 15.5-** O sistema deverá controlar para geração de ordens de serviço de corte a emissão e entrega das notificações, onde uma ligação não notificada não poderá ter ordem de corte emitida, permitindo identificar as ordens liberadas para corte;
- 15.6-** Na geração das ordens de corte, o sistema deverá criar o registro para controle, mostrando na ligação a situação da Ordem de serviço e qual (quais) conta(s) motivou(aram) a geração da mesma;
- 15.7-** Deverá ter opção de registro das respectivas ordens de serviço de corte no Sistema de Atendimento a Cidadãos (que passará a efetuar o acompanhamento da execução das mesmas);
- 15.8-** Nas ordens de corte registradas deverá ser possível informar o motivo pelo qual a ligação não foi cortada, disponibilizando a informação para consulta na ligação, ou no caso de ter sido efetuado o corte, as informações de tipo de corte, data, horário, leitura e responsável;
- 15.9-** O sistema deverá permitir a identificação dos imóveis com o fornecimento de água interrompido por falta de pagamento e corte a pedido, e seleção daqueles que necessitam ser reabilitados, agrupando estas informações para faturamento, geração de ordens de serviço e relatórios de controle de cortes;
- 15.10-** O sistema deverá manter histórico de todas as notificações, ordens de corte e religações efetuadas.

16- CADASTRO

- 16.1-** O sistema deve permitir o registro e manutenção das informações dos usuários e proprietários, das ligações de água e esgoto, das economias, dos critérios de tarifação, das informações das tarifas de resíduos sólidos, a seguir:
- 16.1.1-** O sistema deverá permitir a inclusão das categorias: residencial, comercial, industrial, bem como outros tipos de categorias;
- 16.1.2-** O sistema deverá permitir cadastrar as ligações de acordo com os critérios de tarifação do SAAE;
- 16.1.3-** As informações sobre o imóvel deverão conter dados do terreno tais como: área edificada, reservatório de abastecimento, lote, quadra, zona, tipo de pavimentação e demais informações pertinentes ao imóvel;

16.1.4- As informações das ligações deverão conter os dados da ligação propriamente dita, que influenciarão diretamente no cálculo das faturas, tais como: endereço do imóvel e de correspondência, tipo de entrega da conta (se é no mesmo endereço ou em endereço diverso), roteiro, grupo, situação da água, situação do esgoto, tipo de cobrança, número e diâmetro do hidrômetro, categorias (residencial, comercial, industrial, etc.) economias, se é cadastrada como isenta, data do último corte e da última religação, prazo concedido para pagamento das contas, violações, critério de tarifação, data da ligação, data de substituição de hidrômetros, dentre outros;

16.1.5- O sistema deverá permitir o cadastro de vários proprietários e usuários com seus respectivos endereços e documentos. As informações dos usuários/proprietários deverão conter dados cadastrais como: nome completo de usuário e proprietário, endereço da ligação, endereço de correspondência, RG, CPF, CNPJ, estado civil, endereço de e-mail, números de telefones celulares (com dois ou mais campos somente para números de celulares), número de telefone comercial, e número de telefone fixo, banco, agência, número de conta para débito automático, dentre outros;

16.1.6- As informações gerais das contas, tais como leituras, ocorrências, valores, serviços, tarifas, datas e outros;

16.1.7- Deverá ainda possuir cadastro de informações complementares à ligação, onde serão armazenadas outras informações pertinentes, tais como: capacidade de piscinas e de caixas d'água, número do lacre do hidrômetro, e outras.

16.1.8- A manutenção das informações de cadastro seja referente ao imóvel ou ligação deverá ser permitida em seus módulos e/ou telas específicas de acordo com a configuração de permissões efetuada pela Autarquia;

16.1.9- Deverão ser armazenadas em histórico todas as alterações efetuadas no cadastro;

16.1.10- O sistema deverá permitir a localização e identificação dos consumidores, por meio do código de ligação, nome do usuário, código do logradouro, número do hidrômetro, nome da rua (consulta fonética) e pelo número do imóvel, ou número de inscrição (Identificação), CPF, inscrição municipal, bairro. Ao acessar um cadastro no sistema deverão estar disponíveis todas as informações de: imóvel, contas, leituras, débitos, categorias, economias, serviços, notificações, carnês de parcelamento e histórico, dentre outros;

- 16.1.11-** O Sistema deverá ainda permitir o cadastro de informações necessárias para concessão de isenção e para o cadastro de critérios de tarifação, conforme normas do SAAE;
- 16.1.12-** O Sistema deverá permitir o bloqueio da ligação impedindo algumas ações parametrizadas pelo SAAE, como parcelamentos, cortes, notificações, etc;
- 16.1.13-** O Sistema deverá permitir o cadastro de condomínios nas ligações, efetuando cálculo de acordo com as definições do SAAE e resoluções da agencia reguladora;
- 16.1.14-** Na ligação deverá ser permitido o cadastro de data de vencimento especial das contas de água, esgoto e serviços para casos específicos a serem analisados pelo SAAE;
- 16.1.15-** O sistema deverá permitir a emissão de relatórios dos cadastros de usuários e proprietários, bem como do cadastro das ligações e das informações complementares de imóveis, usuários, proprietários e de ligações;
- 16.1.16-** O sistema deverá disponibilizar ainda uma forma de emissão de cartas, correspondências e comunicados para um ou vários usuários e proprietários ao mesmo tempo, associando esses documentos ao histórico de dados, e buscando dados existentes no sistema, e gravar modelos de carta. Também permitir a emissão de envelopes e etiquetas para os documentos gerados;
- 16.1.17-** Deverá ainda permitir o agrupamento de contas para Secretaria Estadual de Educação e gerar um arquivo com os dados das referidas contas, se exigido pelo órgão;
- 16.1.18-** Permitir a indicação de datas de vencimentos das contas por roteiros e oferecer diferentes datas de vencimentos para os usuários optarem;
- 16.1.19-** Permitir opção para cadastrar os feriados nacionais, municipais e estaduais;
- 16.1.20-** Oferecer o cálculo das contas: por categoria, por economias, efeito cascata diretamente nas faixas de consumo, conforme anexo tarifário da forma de cobrança atual;
- 16.1.21-** O Sistema deverá ser adaptável a outros tipos de cálculo das contas como cobrança pela TBO (Tarifa Básica Operacional) e cobrança diretamente pelo consumo

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

medido, dentro da respectiva categoria da ligação, de maneira a atender legislação vigente e demais recomendações da época;

16.1.22- Efetuar a cobrança de tarifa de esgoto por percentual fixo ou na faixa de consumo, ou no consumo medido;

16.1.23- Deverá ser compatível com o cadastro técnico de redes utilizado pelo SAAE, possibilitando a integração entre a área técnica e a comercial;

16.1.24- Permitir a emissão de requerimentos de ligações de água e esgoto, bem como de serviços; o cadastro de bancos e agentes arrecadadores;

16.1.25- O sistema deverá ter um campo de reclamações para ser anexado ao código de ligação do consumidor, para posterior feedback;

16.1.26- Deverá possuir números de protocolos para atendimento;

16.1.27- Deverá permitir inserção de e-mail, titulação de débitos, bloqueio de CPF e CNPJ de usuários com débitos.

16.1.28- O sistema deverá adotar, quanto ao uso de nomes, as seguintes definições:

- a) Proprietário;
- b) Proprietário (formal de partilha);
- c) Proprietário (documentos anexos);
- d) Inquilino;
- e) Inventariante;
- f) Administrador provisório;
- g) Título de posse;
- h) Pessoa jurídica;
- i) Cônjuge;
- j) Cônjuge (coproprietário);
- k) Cônjuge (Código Civil).

17- DÍVIDA ATIVA

17.1- O sistema deverá permitir a inscrição de débitos vencidos em Dívida Ativa com periodicidade estabelecida pelo SAAE. A inscrição em Dívida Ativa dos débitos vencidos e não pagos deverão ser feitas automaticamente pelo módulo que os seleciona conforme os parâmetros estabelecidos pelo SAAE. Aos valores originais do débito são acrescidos juros multas e correção monetária calculada conforme critérios estabelecidos pelo SAAE.

17.2- CARACTERÍSTICAS

O Sistema de Controle da Dívida Ativa deverá contar com as seguintes características:

17.2.1- Permitir a inscrição de débitos vencidos em Dívida Ativa de contas e parcelas de carnês com periodicidade estabelecida pelo SAAE;

17.2.2- Deverá ter a opção de arquivos escaneados;

17.2.3- A inscrição em Dívida Ativa dos débitos vencidos e não pagos deverá ser feita automaticamente pelo módulo que os seleciona, conforme os parâmetros estabelecidos pela Autarquia. A composição do valor inscrito deverá ser o valor original das contas e parcelas dos carnês no momento da inscrição, e as condições serão determinadas por esta Autarquia;

17.2.4- O Sistema deverá ter a opção de inscrição individual de contas e parcelas de carnês em Dívida Ativa, permitindo para isto a seleção das contas/parcelas desejadas;

17.2.5- Permitir a geração do livro de Dívida Ativa com as informações das contas/parcelas inscritas, determinando número de livro, quantidade de páginas por livro, página inicial e demais informações pertinentes ao livro;

17.2.6- O sistema deverá permitir a identificação dos contribuintes em débito, individual ou coletivamente, através de filtros indicados, para emissão das notificações de Dívida Ativa;

17.2.7- As Notificações serão emitidas com o respectivo Código de Barra para pagamento, de acordo com o estabelecido por esta Autarquia, juntamente com o Aviso de Recebimento para ser assinado pelo devedor, efetuando para este fim o agrupamento das contas no momento da emissão das notificações e, contendo a indicação:

a) Se Pessoa Física:

Data da emissão da notificação, código de ligação, Nº da notificação, nome do proprietário, RG do proprietário, CPF do proprietário, nome da mãe, nome do pai, data de nascimento, documento de origem/Cidade/Estado, endereço do proprietário, CEP, telefone de contato, telefone comercial, celular, endereço para correspondência com CEP, mapa cadastral, nº do hidrômetro, id eletrônico, inscrição do cadastro, data da notificação, assinatura do proprietário ou preposto.

b) Se Pessoa Jurídica:

Data da emissão da notificação, código de ligação, Nº da notificação, nome da empresa, CNPJ da empresa, endereço da empresa, CEP, telefone comercial, nome dos sócios, RG dos sócios, CPF dos sócios, nome da mãe, nome do pai, data de nascimento, documento de origem/cidade/estado, endereço dos sócios com CEP, (opção de inserir mais sócios), telefone de contato dos sócios, celular, endereço para correspondência com CEP, mapa cadastral, nº do hidrômetro, id eletrônico, inscrição do cadastro, data da notificação, assinatura do proprietário ou preposto.

17.2.8- Após o pagamento das notificações, os débitos serão baixados automaticamente no sistema;

17.2.9- O Sistema deverá permitir a manutenção das notificações emitidas pelo sistema, permitindo cadastrar o status da entrega das mesmas;

17.2.10- Permitir o parcelamento do débito inscrito em Dívida Ativa, através de lançamento de serviço em conta ou emissão de carnê, efetuando a separação de valores para posterior identificação da receita referente à Dívida Ativa;

17.2.11- Se o inadimplente estiver devendo tanto no Sistema de Contas, incluindo Contas Avulsas, quanto no da Dívida Ativa deverá permitir uma mesma notificação para ambos os módulos no mesmo padrão das notificações supramencionadas;

17.2.12- Nas notificações, no site e nos carnês de pagamento deverão constar todas as características do débito, dados do consumidor, o valor inscrito no Sistema no Contas e Consumo, Dívida Ativa e Contas Avulsas e ainda as atualizações dos valores originais através do cálculo dos juros, multas e correção monetária, conforme critérios estabelecidos pela Autarquia;

17.2.13- O Sistema deve permitir a geração de carnês em moeda corrente ou índice, efetuando a atualização dos valores, conforme norma específica;

17.2.14- Deverá haver opção para atualização das parcelas dos carnês através de índice específico, efetuando a alteração dos valores das parcelas já geradas. Após a atualização deverão ser emitidas as parcelas para entrega aos consumidores;

17.2.15- O Sistema deverá permitir a inclusão no carnê de serviços de honorários e custas processuais ou outros serviços de acordo com o estabelecido pela Autarquia.

17.2.16- Incluir campo para números de processos judiciais;

17.2.17- O sistema deverá estar preparado para emissão dos documentos necessários para a Execução Fiscal e Protesto: Certidão de Dívida Ativa e petição, além de outros, de acordo com os dados e modelos estabelecidos pelo SAAE e pelo IEPTB. Na emissão de certidão, o sistema deverá automaticamente efetuar o bloqueio das contas, informando ao consultar a ligação, a existência de contas em Execução Fiscal e Protesto;

17.2.18- Deverá ter a opção de emissão de arquivo e relatório com as Execuções Fiscais, a serem entregues ao Fórum de acordo com exigências da Autarquia;

17.2.19- Deverá ter a opção de emissão de arquivo e relatório com Protestos, de acordo com exigências do IEPTB;

17.2.20- O Sistema deve também recepcionar o arquivo de retorno do Fórum e do Cartório de Protesto, com as informações dos processos abertos;

17.2.21- O Sistema deverá permitir o acompanhamento mensal do saldo de Dívida Ativa, informando a composição de valores para informações à Contabilidade, tais como: cancelamentos, inscrições, parcelamentos, reabertura de contas, receita e demais informações referentes à movimentação mensal dos valores inscritos em Dívida Ativa;

17.2.22- Para todos os valores que compõem o saldo da Dívida Ativa deverá estar disponível relatório analítico, para que se possa efetuar o acompanhamento da movimentação da Dívida Ativa realizada;

17.3- O Sistema da Dívida Ativa deverá ser interligado com o Site desta Autarquia www.saaeitauna.com.br, juntamente com o Sistema do Contas e Consumo, incluindo as todas as cobranças feitas por meio de Contas Avulsas ou de outra forma de cobrança;

17.4- No Site supracitado, também deverão ser incluídos que, além dos valores da presente data, caso não seja feito o pagamento do débito, serão acrescidos juros, multas, correção monetária, honorários advocatícios, custas processuais e demais emolumentos;

17.5- Poderão ser incluídos outros dizeres no Site, no Contas e Consumo ou Dívida Ativa, (Execução Fiscal e Protesto), para melhor entendimento dos inadimplentes;

17.6- O sistema deverá ter Relatório de débitos de contas inscritas em Dívida Ativa;

17.7- Relatório de contas em aberto inscritas em Dívida Ativa que possuem certidão emitida;

- 17.8-** Relatório de contas em aberto inscritas em Dívida Ativa que não possuem certidão emitida;
- 17.9-** Relatório dos débitos dos valores e serviços dispostos por esta Autarquia;
- 17.10-** Relatório mensal constando os valores das Notificações Emitidas e Recebidas;
- 17.11-** Relatório mensal constando os valores dos Acordos Amigáveis e Judiciais;
- 17.12-** Relatório mensal constando os valores de Parcelamento da Dívida Ativa;
- 17.13-** Relatório mensal constando os Processos enviados para Execução Fiscal e Protesto;
- 17.14-** Relatório mensal constando os valores de movimentação da Dívida Ativa, tais como: receita, cancelamentos, estornos, alterações e demais valores que afetem o saldo da Dívida Ativa;
- 17.15-** Relatório dos carnês gerados, cancelados, reparcados, com as informações de código da ligação, carnê, data e valor;
- 17.16-** Relatório de parcelas de carnês pagas e em aberto, com as informações de código de ligação, carnê, parcela, valor da parcela e valor pago;
- 17.17-** O sistema deverá ter opção de mala direta dentro do módulo de Dívida Ativa.

17.18-COBANÇA VIA CARTÓRIO DE PROTESTO

Características funcionais necessárias:

- 17.18.1-** O sistema deverá atualizar os valores das dívidas e adicioná-las em um arquivo de 'Remessa' que será enviado para o Site do Instituto que fará o repasse da dívida para o Cartório;
- 17.18.2-** Deverá permitir baixar o arquivo de 'Confirmação' que avisa SAAE que o Cartório assumiu a dívida ou não, retornando uma respectiva 'Ocorrência', quando não assumida, que será listada em relatório de crítica da baixa do arquivo;
- 17.18.3-** Deverá permitir baixar o arquivo de 'Retorno' que informará ao SAAE que a dívida foi paga ou não. Neste processo a dívida ativa deverá ficar bloqueada para negociação, sendo liberada somente nos casos de 'Confirmação' com problema ou pelo recebimento do arquivo de 'Retorno';
- 17.18.4-** No caso de pagamento da dívida em Cartório, o arquivo de 'Retorno' somente deverá informar que ela foi paga e o Sistema de Dívida Ativa/Comercial não irá fazer nenhuma baixa automática deste caso. Neste ponto o Sistema de Dívida

Ativa/Comercial deverá gerar uma Guia Resumida contendo todas as dívidas do usuário e com o valor enviado para o cartório e será disponibilizado para o Cartório fazer o acesso via autoatendimento, impressão e pagamento da mesma, seguindo a baixa normalmente no qual o sistema já deverá estar configurado;

17.18.5- No caso de não pagamento, o CPF/CNPJ do usuário deverá ficar com Impedimento em Cartório de Protesto. O Sistema de Dívida Ativa/Comercial deverá liberar a dívida para negociação e esta no Ato da negociação, irá emitir uma 'Carta de Cancelamento' para o Usuário leva-la ao Cartório para ser pago as taxas de Emolumentos gerados neste processo;

17.18.6- Demais normas deverão ser o convênio firmado entre o SAAE e o IEPTB – Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil – Seção MG e demais alterações posteriores.

18- ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

18.1- O sistema deverá estar desenvolvido para realizar o controle da Arrecadação e Cobrança de forma regionalizada, utilizando os recursos de transferência dos dados por: meio eletrônico; captura do código de barras via *Scanner* ou caneta ótica; entrada de pagamentos via digitação em micro. Serão envolvidas contas de água, carnês, guias de recolhimento e outros documentos de recebimentos diversos que compõe a receita da Autarquia para atualização diária da cobrança;

18.2- O processo de leitura do código de barras deverá incluir as contas impressas simultaneamente pelo Microcomputador portátil e pelo método convencional, utilizando leitores de código de barras, caneta ótica ou outros recursos de leitura;

18.3- O software para captura do código de barras deverá ter característica de multitarefa, gerenciando em tempo real as operações simultâneas de vários usuários e seus respectivos arquivos de armazenamento;

18.4- O software ainda deverá evitar a perda de dados numa eventual falta de energia elétrica;

18.5- O sistema deverá estar preparado para manter registradas e atualizadas as informações referentes aos pagamentos realizados na rede arrecadadora, contendo: a data do pagamento, o estabelecimento em que foi pago, valores recebidos, multas e outros encargos financeiros pertinentes, que dispostos na tela das estações de trabalho,

ou em forma de relatórios com opção de vídeo, arquivo ou impressora, servirão de fonte de consulta pelo setor de Atendimento ao Cidadão. Deverá incluir os débitos referentes a contas de água e esgoto assim como de carnês, inscritos em Dívida Ativa, identificando cada caso;

18.6- O Sistema deverá permitir a recepção de pagamentos efetuados na rede bancária, eletronicamente, em arquivos de acordo com padrão definido pela FEBRABAN ou CNAB, nas respectivas datas contábeis, onde cada arquivo deverá compor um lote, permitindo consultas e geração de relatórios;

18.7- A arrecadação deverá integrar-se com o sistema utilizado pela Contabilidade desta Autarquia registrando automaticamente os valores da receita arrecadada nos módulos de Gestão Orçamentária, Tesouraria e Contabilidade. Deverá gerar os respectivos relatórios analíticos. Deverá permitir a geração de relatórios referente à arrecadação, de acordo com as contas contábeis cadastradas pela Autarquia;

18.8- Deverá estar preparado para a geração de arquivos de cobrança das contas de água, esgoto e serviços por débito automático para a rede bancária de acordo com o padrão estabelecido pela Autarquia;

18.9- O sistema deverá permitir o cadastro das contas contábeis da Autarquia, permitindo alterações de acordo com a necessidade. Deverá ainda haver na composição do analítico da receita a possibilidade de configuração de receita como normal, Dívida Ativa ou ambos;

18.10- O sistema deverá permitir o controle das datas contábeis cadastradas, através de abertura, fechamento ou exclusão das mesmas;

18.11- O sistema deverá permitir a identificação, de maneira seletiva, dos consumidores inadimplentes para com o SAAE, permitindo a emissão dos comunicados de débitos, segundo critérios de seleção;

18.12- O sistema deverá propiciar condições que identifiquem os consumidores devedores por ligação, grupo, logradouro, categoria, vencimentos, meses pendentes, valores mensais e globais, disponibilizando a informação para as ações de regularização da carteira.

18.13- Gerenciar as informações necessárias para integração com meio de pagamento eletrônico, PIX;

18.14- Gerar QRCODE (estático e/ou dinâmico) em todos os formulários de contas e faturas, integrando-se com a contabilidade e tesouraria;

18.15- Integração com o recebimento das contas com o arquivo de contas pagas geradas pelo banco;

18.16- Envio das informações dos arquivos das contas e da baixa para a contabilidade, informando qual o meio de pagamento utilizado pelo cliente;

18.17 RELATÓRIOS DAS BAIXAS

18.17.1- Relatório de arrecadação por data de contabilização demonstrando detalhadamente a composição da arrecadação;

18.17.2- Relatório de baixas efetuadas, demonstrando individualmente as contas, parcelas e guias baixadas;

18.17.3- Relatório de baixas efetuadas por data de contabilização, classificados nas contas contábeis da Autarquia;

18.17.4- Relatório contendo erros gerados durante a baixa de contas;

18.17.5- Relatório de baixas duplicadas, não encontradas e contas com valor diferente, contendo, no mínimo as informações de código de ligação, referência, data do pagamento, valor original pago, valor pago em duplicidade, data de contabilização, data de pagamento, lote e banco;

18.17.6- Relatório de valores estipulados pelo SAAE, contendo código de ligação, data do vencimento, valor da conta, etc.;

18.17.7- Relatório de listagem diária por banco, contendo código contábil, respectiva descrição e valor;

18.17.8- Relatório individual de serviços estipulados pelo SAAE, contendo código de ligação, usuário, proprietário, descrição do serviço, valor, data do vencimento, agência bancária, etc.

19. ATENDIMENTO AO CIDADÃO

19.1- Deverão estar disponíveis, para utilização pelos setores de Atendimento Personalizado e Telefônico do SAAE, as seguintes rotinas e/ou funções permitindo:

- 19.1.1-** Localização e identificação dos consumidores, por meio do código da ligação, nome do usuário, número do hidrômetro, nome do logradouro (consulta fonética), bairro, grupo, roteiro, e pelo número do imóvel, CPF, dentre outros;
- 19.1.2-** Simulação individual do cálculo dos valores de água, esgoto e das tarifas de resíduos sólidos;
- 19.1.3-** Simulação individual do cálculo dos acréscimos por atraso de pagamento das contas;
- 19.1.4-** O histórico de leituras e consumo deverá constar e apresentar todas as informações de cada usuário, que estão no banco de dados do SAAE;
- 19.1.5-** Histórico de inclusões, exclusões e alterações de qualquer natureza;
- 19.1.6-** Demonstrativo geral de débitos pendentes;
- 19.1.7-** O Demonstrativo de pagamentos deverá constar e apresentar todas as informações de cada usuário, que estão no banco de dados do SAAE;
- 19.1.8-** Recálculo individual das contas, permitindo a alteração das leituras e ocorrências e inclusão de observações sobre o recálculo no histórico da ligação;
- 19.1.9-** Emissão de segunda via da conta, com opção de cobrança na própria conta ou em conta futura;
- 19.1.10-** Emissão da conta com agrupamento dos débitos por código de ligação, por nome de usuário;
- 19.1.11-** Desagrupamento de contas;
- 19.1.12-** Desdobramento de contas;
- 19.1.13-** Registro das movimentações efetivadas nas contas de água e esgotos, identificando o responsável pelas operações;
- 19.1.14-** Realização de parcelamento em contas de água, esgoto e serviços, conforme norma especificação definida pelo SAAE;
- 19.1.15-** Estorno de parcelamentos efetuados em conta, efetuando baixa de contas quando houver parcelas pagas;
- 19.1.16-** Emissão de certidão negativa de débitos;
- 19.1.17-** Parcelamento de contas ou de serviços em carnês e emissão de parcelas; (1ª e 2ª vias) com código de barras padrão FEBRABAN ou CNAB. Na geração de carnês deverá ser permitido a alteração do nome do responsável pela dívida e/ou o representante e seus respectivos documentos, sem alterar o responsável pela ligação

cadastrada e deverá ser gerado termo de parcelamento conforme determinado pelo SAAE;

19.1.18- Emissão do termo de parcelamento em duas vias, conforme modelo do SAAE;

19.1.19- Localização e identificação dos carnês gerados por número de carnê, exercício, código de ligação, nome, situação e CPF;

19.1.20- Consulta de contas pagas e em aberto com toda a movimentação existente no banco de dados do SAAE;

19.1.21- Emissão e cancelamento de documento de arrecadação de serviços diversos

19.1.22- Registro e baixa de solicitações de vistoria;

19.1.23- Registro de instalação e retirada de hidrômetros;

19.1.24- Cancelamento de contas e parcelas de carnês, cadastrando o motivo do cancelamento;

19.1.25- Estorno do cancelamento de contas e parcelas de carnês.

19.1.26- Estorno de carnês, efetuando a baixa de contas quando houver valor de parcelas pagas;

19.1.27- Opção de reativação de carnês cancelados;

19.1.28- Reparcèlement de carnês conforme normas específicas. O Sistema deverá ter a opção de controlar a quantidade de vezes que um carnê poderá ser reparcelado;

19.1.29- Parcelamentos em conta e em carnês com descontos concedidos através de legislação específica;

19.1.30- Cálculo e inclusão de acréscimos nas parcelas de carnês quando atrasadas, emitindo 2ª via da parcela para pagamento com valor corrigido;

19.1.31- Cálculo e inclusão de descontos nas parcelas de carnês quando o pagamento for adiantado, emitindo 2ª via da parcela para pagamento;

19.1.32- Opção para inclusão de prazo para pagamento das contas, impedindo que o contribuinte seja cortado por inadimplência;

19.1.33- Consulta de acréscimos gerados pelo pagamento em atraso das contas;

19.1.34- Permitir a retenção/liberação de contas, impedindo alterações, baixas, emissão de notificações ou outras ações de acordo com o estabelecido pelo SAAE.

19.2- O Sistema deverá armazenar todas as alterações de informações efetuadas, gerando histórico e permitindo consultas;

19.3- O sistema deverá apresentar solução completa para o atendimento aos munícipes, registrando as solicitações e/ou atendimentos, as manutenções realizadas e ainda oferecer recursos para o gerenciamento e acompanhamento de todas as operações realizadas;

19.4- O processo de informatização deverá acompanhar a solicitação do serviço, desde o Atendimento Personalizado ou Telefônico, até a programação, emissão e baixa das ordens de serviços executados e a geração dos relatórios operacionais e gerenciais;

19.4.1- Deverá possuir tabelas de referências para cadastro de informações necessárias à utilização do sistema, tais como: tabelas de ocorrências, equipamentos, serviços, atendimentos, áreas de manutenção, departamentos, servidores, equipes, perfis de acesso ao sistema, viaturas e outras necessárias. A manutenção de parâmetros e tabelas do sistema deverá ser efetuada pelo SAAE sem a necessidade de acompanhamento pela licitante vencedora;

19.4.2- O sistema deve ter procedimento para administrar o controle de acesso, envolvendo os perfis de usuários e senhas;

19.4.3- Deverá ser possível a partir do Sistema de Atendimento ao Cidadão executar consultas diversas às tabelas de imóveis, ligações e contas dos módulos de faturamento e arrecadação. Também, a partir deste Sistema o operador deverá ter possibilidade de acordo com suas permissões de acesso, efetuar agrupamento e desagrupamento de contas, parcelamento e estorno de parcelamento de contas, adiamento de prazo de pagamento, retenção de contas, emissão de 2ª vias de contas, extrato de débitos e de guias de recolhimento para pagamento de serviços e tarifas;

19.5- O Sistema de Atendimento ao Cidadão deverá dispor de rotinas que permitam, dentro dos critérios de seleção e de acordo com os parâmetros adotados dinamicamente no SAAE, a geração automática e o controle de Ordens de Serviço para os seguintes serviços:

- a) Corte/religações de ligações;
- b) Troca de Hidrômetro;
- c) Manutenção de Hidrômetros;
- d) Vistoria.

19.5.1- Na conclusão de cada ordem de serviço este sistema deverá atualizar automaticamente as informações pertinentes ao Sistema de Faturamento alterado pela

execução da O.S. (Marcar a ligação como cortada, alterar o n^o do hidrômetro, registrar históricos e outros);

19.5.2- Quando da alteração do número do hidrômetro, o sistema deverá manter o registro do número anterior permitindo consultar a qual ligação esse hidrômetro pertencia, bem como preservar todas as datas das trocas ou alterações;

19.6- O Sistema de Atendimento ao cidadão deverá permitir consultas de Posições de Chamados utilizando-se de tecnologia WEB.

20- RELATÓRIOS

20.1- Relatórios contendo:

20.1.1- Relação de serviços a executar;

20.1.2- Relação mensal de serviços executados;

20.1.3- Tempo Médio de Atendimento dos Serviços (por horas e minutos);

20.1.4- Relação mensal de serviços executados;

20.1.5- Relação de serviços com prazos de execução vencidos;

20.1.6- Estatística de materiais aplicados, por dia, mês e por equipe ou pelo conjunto das equipes;

20.1.7- Estatística de mão de obra utilizada por dia, mês e por equipe ou pelo conjunto das equipes. Estatística de equipamentos utilizados, por dia, mês e por equipe ou pelo conjunto das equipes;

20.1.8- Relação dos serviços programados para o dia;

20.1.9- Relação de serviços previstos para execução pelas equipes de água e esgoto;

20.1.10- Relação de chamados por período;

20.1.11- Relação de chamados por Tipo de Atendimento;

20.1.12- Relação de chamados por Bairro;

20.1.13- Relação de chamados internos por Setor;

20.1.14- Produtividade das equipes;

20.1.15- Tempo de Atendimento ao Usuário;

20.1.16- Quadro comparativo de serviços por Setor;

20.1.17- Ordens de serviço em aberto por prioridade;

20.1.18- Quadro de reincidência de tipo de chamado;

20.1.19- Quadro de Execução mensal de serviços.

20.2- RELATÓRIOS GERENCIAIS

20.2.1- O sistema deverá ter relatórios de todos os módulos do sistema, disponibilizando geração a qualquer tempo para acompanhamento das movimentações efetuadas e gerenciamento do SAAE, conforme as características abaixo:

20.2.2- Relatório referente ao faturamento por critérios de tarifação, categorias e economias, contendo, as informações de: quantidade de ligações de água e de esgoto, quantidade de contas geradas, valor de água, valor de esgoto, valor dos serviços, valor das tarifas, consumo medido e faturado, quantidade de economias de água e de esgoto, volume isento e faturado, ligações com e sem hidrômetro, ligações somente esgoto, quantidade de contas lançadas e não lançadas, quantidades de contas isentas, faturadas; quantidade de ligações e economias de água e esgoto ativas, quantidade de ligações cortadas, bem como outros dados de faturamento;

20.2.3- Relatório demonstrativo de consumo – consumo faturado e medido, podendo ser escolhido por bairro, rua, roteiro, grupo e reservatório de alimentação; apresentando dados agrupados, somados ou individualizados; subdivisão por volume real e faturado, subdivisão por categorias e economias, por faixas de consumo detalhadas. Subdividido também por economias e tipos de ligações (água, esgoto, somente esgoto, etc.);

20.2.4- Relatório demonstrativo de consumo, mostrando o consumo dos últimos 12 meses, média, categoria e economia de um conjunto de ligações.

20.2.5- Relatório das ligações novas efetuadas por período, suas categorias, economias e endereços;

20.2.6- Relatórios estatísticos de faturamento, arrecadação, contas atrasadas, corte e religação de água e serviços executados;

20.2.7- Relatório detalhado das contas estornadas durante o período, detalhando por tarifas e serviços;

20.2.8- Relatório detalhado das contas incluídas durante o período, detalhando por tarifas e serviços;

20.2.9- Relatório de quantidade e valores das contas a receber, mostrando valores de água, esgoto, serviços e tarifas, subdividido por vencimento, períodos e grupos;

20.2.10- Relatório de quantidade e valores das contas recebidas, mostrando valores de água, esgoto, serviços e tarifas, subdividido por vencimentos, períodos e grupos;

20.2.11- Relatório dos maiores consumidores, contendo, no mínimo, as informações de código do usuário, nome, endereço, leitura anterior e atual, hidrômetro, média, categoria, economia, consumo e valor da conta, subdividido por períodos;

20.2.12- Relatório Técnico com todos os dados de volume real e faturado, ligações cortadas, religadas, existentes, área construída das ligações ativas e cortadas, contas impressas, faturadas e cortadas, em funcionamento, desligadas, economias detalhadas de água e de esgoto, cortadas, religadas, existentes, ativas; valor apurado faturado detalhado, contas pagas em duplicidade, além dos outros requisitos para o relatório técnico e para compor o SNIS (Sistema nacional de informações sobre saneamento);

20.2.13- Relatório das contas agrupadas que não foram pagas, contendo, no mínimo as informações de código do consumidor, nome, endereço, data do agrupamento, referência valor de água, esgoto, serviços, tarifas, multa, juros, correção e total da conta;

20.2.14- Relatório das contas cadastradas em débito automático que não foram pagas, contendo, no mínimo as informações de código do consumidor, nome, endereço, referência, vencimento e valor;

20.2.15- Relatório de débitos de água e esgoto detalhado, contendo as informações de código do usuário, nome, endereço, hidrômetro, situação da ligação, valor de água, esgoto, serviços e tarifas, multa, juros e correção, valor total original, valor total corrigido e data de vencimento. Nesse relatório deverão estar disponíveis filtros por grupo, intervalo de contas, valor mínimo e máximo, vencimento inicial e final, categoria, quantidade de contas em aberto, quantidade máxima de devedores, logradouro e bairro;

20.2.16- Relatório com informações sobre o cadastro de ligações, podendo utilizar como filtro as informações de situação da água, situação do esgoto, grupo, categoria, tipo de cobrança, logradouro, bairro, critério de tarifação, roteiro de leitura, quantidade de economias, tipo de ligação, ligações excluídas. Este relatório deverá apresentar os principais dados das ligações selecionadas, podendo ser detalhado ou resumido;

20.2.17- Relatório de hidrômetros cadastrados no sistema, com opção de selecionar os que estiverem em uso, parados, por tempo e por data de instalação, no mínimo com as informações de código de consumidor, nome, endereço, hidrômetro, número de ponteiros, última leitura, data de leitura e consumo;

- 20.2.18-** Relatório dos parcelamentos em conta efetuados, e os em atraso, contendo, as informações de código de ligação, nome, contas parceladas, valor original das contas, valor parcelado;
- 20.2.19-** Relatório de serviços lançados nas contas e a serem lançados, contendo informações de código de ligação, quantidade de parcelas, valor das parcelas, valor lançado, valor a lançar e quais serviços e ou tarifas estarão pendentes;
- 20.2.20-** Relatório de hidrômetros cadastrados e ainda não utilizados;
- 20.2.21-** Relatório de ligações com mais de uma categoria cadastrada;
- 20.2.22-** Relatório de logradouros cadastrados;
- 20.2.23-** Relatório de usuários cadastrados, filtro por ruas, bairros, grupos, roteiros;
- 20.2.24-** Relatório de erros durante o cálculo das contas;
- 20.2.25-** Relatório das principais alterações efetuadas no sistema pelos servidores, tais como: emissão de segunda via de conta, parcelamentos, alteração de contas, estorno de parcelamentos e emissão de contas;
- 20.2.26-** Relatório analítico e sintético de leituras efetuadas por leiturista e de horário das leituras, com filtro por período, roteiro e grupos;
- 20.2.27-** Relatório de ocorrências durante a leitura dos hidrômetros;
- 20.2.28-** Relatório contendo roteiro e sequência de leitura e entrega cadastradas;
- 20.2.29-** Relatório estatístico de leituras por código de ocorrência;
- 20.2.30-** Relatório de ligações cortadas que apresentaram consumo durante a leitura dos hidrômetros;
- 20.2.31-** Relatório de ligações cortadas, com filtro por períodos, categorias, bairros, roteiros e grupo;
- 20.2.32-** Relatório de ligações religadas, com filtro por períodos, categorias, bairros, roteiros e grupo;
- 20.2.33-** Relatório de ligações cortadas que não possuem débitos podendo ser religadas;
- 20.2.34-** Relatório estatístico de notificações emitidas, contendo informações de quantidade e valor das emitidas, entregues, pagas, parceladas, canceladas, cortadas, religadas e outras informações.
- 20.2.35-** Relatório com os principais dados cadastrais das ligações que possuem cadastro em débito automático;

20.2.36- Relatório de evolução de consumo por código de ligação com opção de gráfico;

20.3- Todo o Sistema deverá possuir ferramenta para geração de relatórios de acordo com as necessidades do SAAE;

20.4- Todos os relatórios deverão ter opção de geração em tela, arquivo ou impressora, PDF, e conter se possível, gráficos.

21- RETORNO DE CHAMADOS

21.1- O sistema deverá ter solução para que seja efetuado o retorno ao consumidor por carta ou por telefone da solicitação efetuada.

21.2- Quando o retorno for efetuado por telefone, deve ter a opção de registrar uma pesquisa de satisfação efetuada junto ao consumidor, indicando comentários e observações efetuadas.

22- DA TELEMETRIA

22.1- Deverá permitir que o Servidor responsável pelos serviços registre em tela, todas as interrupções no fornecimento de água, e que estes dados, sirvam de fonte de pesquisa no setor de Atendimento ao Cidadão.

22.2- Deverão ser registrados:

22.2.1- A Região de Abastecimento atingida;

22.2.2- A data e hora do registro do início e do fechamento;

22.2.3- Observações sobre a ocorrência e normalização do abastecimento;

22.2.4- Geração Automática de Ordens de Serviço (Interação com Módulo de Faturamento).

23- DO MÓDULO DE TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

23.1- OBJETIVO

Este módulo deverá apresentar a solução completa para o faturamento e recebimento das tarifas de resíduos sólidos, integrado ao sistema utilizado pela Administração Direta/Prefeitura Municipal, com informações e cálculos previstos na forma da Lei Municipal 1.385, de 27 de dezembro de 1977(Código Tributário de Itaúna/MG), com

possibilidade de alteração do parâmetro de cobrança previsto no marco regulatório do saneamento:

- a) Tarifa de Coleta, Remoção e Destinação dos Resíduos Sólidos;
- b) Multa de disposição irregular de Serviços;
- c) Cobrança de tarifa mínima sem considerar a área construída, de acordo com a Legislação vigente, se for o caso;
- d) Cobrança com valor reduzido, tudo na forma de lei ou decreto regulamentador, específico do Município;

23.2- Permitir de modo automatizado a recepção dos dados vindos da Prefeitura Municipal de Itaúna, do cadastro imobiliário (IPTU), conforme elencados abaixo:

- a) Nome;
- b) Endereço;
- c) Área construída;
- d) Número da BCI da Prefeitura
- e) Complementos;
- f) Categoria;
- g) Informação de quem paga a tarifa de resíduos sólidos através da conta de água;
- h) Tipo de pavimentação; (asfalto, etc.);
- i) Tipo de ocupação: (lote vago, construído, etc.);
- j) Informação se o consumidor paga a tarifa de resíduos sólidos através da conta de água SAAE ou não paga;
- k) Categoria do imóvel.

23.3- Este módulo deverá ser capaz de processar todas essas informações e faturar as cobranças de forma integrada com o sistema de saneamento. Essas cobranças deverão ser processadas nas contas de água e o não pagamento deverá ser processado no sistema de Dívida Ativa.

23.4- MEMÓRIA DE CÁLCULO

O sistema deverá apresentar no histórico do consumidor, uma memória de cálculo mensal, de modo detalhado, para fins de emissão de listagem para o consumidor e consulta do setor e modo de cobrança.

23.5- MULTA, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Se não houver pagamento, incidirão multa, juros e correção sobre a tarifa de resíduos sólidos, de acordo com os critérios fixados em lei tributária municipal;

23.5.1- MULTA POR DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS

Também deverá o sistema permitir a cobrança de multa de disposição irregular de resíduos na forma da legislação vigente;

23.5.2- COBRANÇA DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Também deverá permitir a cobrança de serviços de coleta, transporte e tratamento de resíduos.

23.6- Permitirá, também, de forma automatizada a redução dos juros e multas por ocasião de publicação de lei municipal de anistia.

24- OUTRAS CARATERÍSTICAS

As informações das áreas construídas deverão ser lançadas nas faturas de água, em campo próprio, e serem atualizadas mensalmente, de acordo com as informações do Cadastro de IPTU, da Prefeitura Municipal. Este módulo deverá gerar relatórios detalhados de cada tarifa citada, como: previsão do faturamento, tarifas que faltam pagamentos, valores de multas, juros e correção individualizados.

Todos os relatórios deverão ter opção de escolha por:

- a) Intervalo de valores faturados;
- b) Intervalo de datas;
- c) Código de ligação,
- d) Bairros;
- e) Ruas;

- f) Área construída;
- g) Lotes vagos.

24.1- O sistema deverá faturar e gerar cobranças de todas as tarifas citadas, para usuários que não possuam ligação de água ou de esgoto de forma automática ao se fazer a leitura nos hidrômetros, junto com o roteiro de leitura. Deve ser gerada a fatura, sem as tarifas de água e esgoto, contendo as taxas, sem receber um código de ligação. Esse faturamento deve integrar o faturamento das contas de água e seguir todo o procedimento de cobrança, respeitando os critérios específicos de multas, juros e correção monetária, das taxas descritas acima.

24.2- DAS COBRANÇAS VINCULADAS

24.2.1- As informações recebidas da Prefeitura possuem códigos individualizados, chamados BCIs que devem ser vinculados aos códigos de ligações. O sistema deverá ser capaz de vincular mais de uma BCI para somente um código de ligação, e exibir essas informações detalhadas na aba de atendimento ao público;

24.2.2- O sistema deverá também emitir relatório de baixa de pagamentos, conforme requisitos da Prefeitura, de forma que cada BCI correspondente ao código de ligação receba baixa. Todas as BCIs pagas devem aparecer no relatório de baixas da Prefeitura.

24.3- DAS COBRANÇAS NÃO VINCULADAS

As BCIs deverão ser cobradas junto aos códigos de ligações, porém, em alguns casos, deverão receber cobrança individualizada, sem vinculação a um código de ligação.

25- DAS ANÁLISES DE ÁGUA

25.1- O sistema deverá ainda contemplar as resoluções do Ministério da Saúde quanto à qualidade da água fornecida, portanto deverá permitir o cadastramento das análises sobre a Qualidade da Água e disponibilizar estas informações contemplando no mínimo:

25.1.1- O sistema deverá promover a impressão dos dados das análises em todas as contas emitidas;

- 25.1.2-** Possuir relatórios gerenciais sobre os consumos medidos e faturados e seus respectivos valores por reservatório;
- 25.1.3-** Possuir relatório do laudo de análises físico químico e bacteriológico;
- 25.1.4-** Demonstrar as análises da Qualidade da Água por unidade consumidora.
- 25.1.5-** Permitir visualizar as ligações de Água em relação a rede de distribuição, reservatórios e fontes de abastecimento;
- 25.1.6-** Possuir relatório de clientes por sistema de abastecimento;
- 25.1.7-** Possuir relatório que demonstre a qualidade da água de uma rede de abastecimento para um determinado ano;
- 25.1.8-** Possibilitar a visualização da rede de distribuição da Água e das unidades consumidoras e seus respectivos endereços por agrupamento de logradouros, bairros, reservatórios.

26- DO TREINAMENTO

A licitante vencedora deverá apresentar o Plano de Treinamento para a Equipe de Implantação, abrangendo os níveis técnicos e funcionais.

26.1- O plano de treinamento deve conter os seguintes requisitos mínimos:

- a) Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.
- b) Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- c) Conteúdo programático;
- d) Carga horária do treinamento de cada módulo;
- e) Processo de avaliação de aprendizado;
- f) Processos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, livros, fotos, etc.).

26.2- O treinamento deverá abranger os seguintes módulos:

- a) Suporte ao Sistema ofertado, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica do SAAE possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte da proponente;
- b) A capacitação deverá proporcionar conhecimento para aplicação e principalmente na sua parametrização e nos recursos oferecidos por funções.

26.3- As turmas deverão ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 10 participantes;

26.4- Apresentar proposta para a realização dos treinamentos, considerando que:

26.4.1- Caberá ao SAAE o fornecimento de mobília e equipamentos de informática quando realizado nas instalações daquele, assim como locais adequados, necessários à realização dos treinamentos;

26.4.2- O treinamento deverá ser ministrado a no mínimo 30 (trinta) pessoas;

26.4.3- As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio tais como hospedagem, transporte, diárias, etc. serão de responsabilidade da licitante vencedora;

26.4.4- Os turnos admissíveis por curso serão:

- a) Matutino (08h00min as 11h00min);
- b) Vespertino (13h00min as 17h00min);
- c) Integral (08h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min).

26.5- Os equipamentos disponíveis serão de no mínimo 01 microcomputador para cada 02 (dois) participantes, fornecidos pelo SAAE;

26.6- As despesas de envio de servidores do SAAE para treinamento fora do Município de Itaúna/MG, tais como: transporte, hospedagem e alimentação, deverão correr por conta do SAAE.

26.7- A realização do treinamento deverá obedecer às seguintes condições:

26.7.1- As datas para início de cada módulo deverão obedecer ao estipulado no Cronograma de Implantação;

26.7.2- O material didático relativo ao treinamento deverá ser impresso e individual;

26.7.3- Deverá apresentar com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis cópia do material didático, para análise e aprovação do SAAE;

26.8- Todo o material necessário à realização e ao acompanhamento do curso, a saber: bloco de papel, caneta, material didático, entre outros, deverá ser fornecido pela licitante vencedora na época do treinamento.

26.9- O curso de utilização e operação dos softwares a serem locados será:

26.9.1- De 04 (quatro) a 08 (oito) horas por turma para a formação de técnicos e sobre a utilização das funções dos sistemas.

26.10- O SAAE se resguarda no direito de acompanhar e avaliar o treinamento ministrado e solicitar adequações.

26.11- Caso o treinamento seja julgado insuficiente, caberá a licitante vencedora, sem ônus para o SAAE, ministrar o devido reforço.

26.12- Quando solicitado pelo SAAE, a licitante vencedora deverá providenciar alterações no programa de treinamento, incluindo recursos, instrutores, conteúdos, etc.

26.13- A cada 06 (seis) meses serão avaliados os usuários a fim de efetuar uma possível reciclagem dos usuários para um melhor aproveitamento e utilização da ferramenta proposta nesta licitação.

27- DA PROVA DE CONCEITO

27.1- OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

Fornecer os insumos necessários à implantação do sistema apresentado pela licitante, quanto ao atendimento dos requisitos funcionais contidos neste Termo de Referência.

27.2- REFERÊNCIAS

Este Termo de Referência, bem como a legislação anexa, compreendendo a contratação de Software de Gestão Comercial e tarifa de resíduos sólidos e seus desdobramentos.

27.3- COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Deverá ser designada uma comissão para avaliação da prova de conceito. Essa comissão deverá elaborar ata e relatório conclusivo.

27.4- DA PROVA DE CONCEITO

Para a execução da prova de conceito a licitante deverá utilizar seus próprios equipamentos, como laptops, microcomputadores, coletores, impressoras portáteis, bobinas, hidrômetro com dispositivo de rádio para simulação e etc.. Durante a prova de conceito poderá ser solicitada a demonstração e comprovação de qualquer item descrito na especificação técnica. A prova de conceito deverá atender a todos os itens e seguir o roteiro abaixo:

- 27.4.1-** Calcular e emitir contas de água, no mínimo 10, sendo contas com isenção de tarifa de água e com redução da taxa de resíduos sólidos, e também com dados de análises de água e mensagens definidas pelo SAAE e pela legislação vigente;
- 27.4.2-** Emitir reaviso de débitos no impresso da conta de água;
- 27.4.3-** Emitir o termo de quitação anual na conta de água;
- 27.4.4-** Estornar e incluir serviços nas contas e refazer o seu cálculo;
- 27.4.5-** Emitir certidão negativa (e positiva) para débitos;
- 27.4.6-** Realizar algumas leituras nos coletores e importar esses dados dos coletores para o sistema;
- 27.4.7-** Gerar ordens de serviços;
- 27.4.8-** Detalhar cálculo da conta;
- 27.4.9-** Detalhar cobranças das tarifas de resíduos sólidos, etc.
- 27.4.10-** Exibir histórico com arquivo de dados processados por consumidor e memória de cálculo das cobranças de tarifa de resíduos sólidos, bem como memória de cálculo;
- 27.4.11-** Emitir pelo menos 3 requerimentos de ligação de água e 3 de demais serviços, como aferição, corte, religação, etc até a sua conclusão no sistema;
- 27.4.12-** Gerar e dar baixa, em pelo menos 5 ordens de serviços;
- 27.4.13-** Gerar 5 relatórios contábeis, financeiros e de serviços detalhados nesse termo de referência;
- 27.4.14-** Dar baixa em contas e apresentar todos os relatórios, erros de baixas, etc.
- 27.4.15-** Enviar e receber email e SMS;
- 27.4.16-** Gerar arquivo de contas com débito automático e relatório de emissão para banco;
- 27.4.17-** Dar baixa em um lote de contas recebidas pelo banco. Gerar boletim com dados detalhados;
- 27.4.18-** Gerar correspondências para usuários;
- 27.4.19-** Emitir pelo menos 5 relatórios gerenciais, como faturamento, com os seus filtros, mapa de faturamento, estornos, inclusões, histograma de contas e exibir seus filtros;
- 27.4.20-** Gerar um relatório detalhado de serviços, com filtros;
- 27.4.21-** Exibir coordenada geográfica no *Google Maps* da ligação e da leitura;

- 27.4.22-** Gerar conta sem código de ligação com apenas cobrança da tarifa de Resíduos, e dar baixa no seu pagamento;
- 27.4.23-** Relatório de Ordens de serviços executadas com filtros elencados, e com data e hora de execução dos serviços;
- 27.4.24-** Apresentar geração de relatórios personalizados, com os filtros elencados nesse Termo;
- 27.4.25-** Emissão de Relatório Técnico com as informações que também atendam ao SNIS;
- 27.4.26-** Emitir a notificação, fazer a inscrição de contas em dívida ativa;
- 27.4.27-** Realizar o lançamento de dados das análises em contas de água;
- 27.4.28-** Realizar e cancelar parcelamentos de débitos

27.5- OUTROS RELATÓRIOS

O sistema deverá permitir a impressão de relatórios, histogramas de consumo, detalhamento de consumos por faixas, dentre outros, de modo a atender às exigências do CISABRC – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região Central, do qual o SAAE é membro.

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO II – MODELO DE TABELA

PROVA DE CONCEITO

Item	Descrição	Atendido	Não Atendido
1	Calcular e emitir contas de água, no mínimo 20, sendo contas com isenção de tarifa de água e com redução da taxa de resíduos sólidos, e também com dados de análises de água e mensagens definidas pelo SAAE e pela legislação vigente.		
2	Emitir reaviso de débitos no impresso da conta de água		
3	Emitir o termo de quitação anual na conta de água		
4	Estornar e incluir serviços nas contas e refazer o seu cálculo		
5	Emitir certidão negativa (e positiva) para débitos		
6	Realizar algumas leituras nos coletores e importar esses dados dos coletores para o sistema		
7	Gerar ordens de serviços		
8	Detalhar cálculo da conta		
9	Detalhar cobranças das tarifas de resíduos sólidos, etc		
10	Exibir histórico com arquivo de dados processados por consumidor e memória de cálculo das cobranças de tarifa de resíduos sólidos, bem como memória de cálculo		
11	Emitir pelo menos 3 requerimentos de ligação de água e 3 de demais serviços, como aferição, corte, religação, etc até a sua conclusão no sistema		
12	Gerar e dar baixa, em pelo menos 5 ordens de serviços		
13	Gerar 5 relatórios contábeis, financeiros e de serviços detalhados nesse termo de referência		
14	Dar baixa em contas e apresentar todos os relatórios, erros de baixas, etc		
15	Enviar e receber email e SMS		
16	Gerar arquivo de contas com débito automático e relatório de emissão para banco		
17	Dar baixa em um lote de contas recebidas pelo banco. Gerar boletim com dados detalhados		
18	Gerar correspondências para usuários		
19	Emitir pelo menos 5 relatórios gerenciais, como faturamento, com os seus filtros, mapa de faturamento, estornos, inclusões, histograma de contas e exibir seus filtros		
20	Gerar um relatório detalhado de serviços, com filtros		
21	Exibir coordenada geográfica no Google Maps da ligação e da leitura		



Pregão nº	
FLS nº	Visto



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

22	Gerar conta sem código de ligação com apenas cobrança da tarifa de Resíduos, e dar baixa no seu pagamento		
23	Relatório de Ordens de serviços executadas com filtros elencados, e com data e hora de execução dos serviços		
24	Apresentar geração de relatórios personalizados, com os filtros elencados nesse Termo		
25	Emissão de Relatório Técnico com as informações que também atendam ao SNIS		
26	Emitir a notificação, fazer a inscrição de contas em dívida ativa		
27	Realizar o lançamento de dados das análises em contas de água		
28	Realizar e cancelar parcelamentos de débitos		

Conforme item 8.3 do Termo de Referência “Para ser APROVADA na Prova Conceito, a licitante deverá atender obrigatoriamente 25 (vinte e cinco) dos itens acima.

Alessandra de Oliveira Guimarães Barbosa

Gerente de Faturamento – Mat. nº 1540

Marco Aurélio Alves Pinto

Gerente de Informática – Mat. nº 2055



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 38/2024

COMPRASGOV - EDITAL nº 90038/2024

ANEXO II

MODELO PROPOSTA COMERCIAL

AO (À)

SR. (A) PREGOEIRO (A) OFICIAL

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DE ITAÚNA/MG

Empresa: _____, situada na
_____, nº _____, Bairro _____, cidade
de _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, e
inscrição estadual nº _____, vem por intermédio deste instrumento
apresentar sua proposta comercial ao Pregão Eletrônico - Edital nº 38/2024, nos
seguintes termos:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Marca/ Modelo
1	Módulo de leitura e emissão de fatura	SERVIÇO	01			-
2	Coletores para leitura	UNIDADE	12			
3	Impressoras	UNIDADE	15			
4	Módulo de ordens de serviço web online integrado	SERVIÇO	01			-
5	Smartphones para OS	UNIDADE	16			
6	Módulo Dívida Ativa	SERVIÇO	01			-
7	Módulo Resíduos Sólidos	SERVIÇO	01			-
8	Aplicativo móvel	SERVIÇO	01			-
9	Módulo de atendimento ao público	SERVIÇO	01			-
10	Instalação, migração de dados, implantação assistida e Treinamento de usuários	SERVIÇO	01			-



Pregão nº	
FLS nº	Visto



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

VALOR TOTAL: _____ (POR EXTENSO)

- 1 – O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da licitação;
- 2 – **Declaramos estar de acordo com todas as normas e especificações do Pregão Eletrônico - Edital nº 38/2024 e respectivo Termo de Referência;**
- 3 – O valor total da proposta engloba todos os custos como: mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, benefícios estabelecidos em convenção, em dissídio ou em acordo coletivo, equipamentos de proteção, ferramentas e equipamentos, tributos incidentes e demais despesas diretas e indiretas necessárias à prestação de serviços objeto da licitação;
- 4 – O preço proposto é de nossa exclusiva responsabilidade, não nos assistindo o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma exceção, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 5 – Indica para assinatura do Contrato o (s) (seu) (s) representante (s) legais Sr (a).
_____ CPF _____ CI _____ Residente à Rua/AV _____ Cidade de _____.
- 6 – Telefone de contato: (____) _____. Endereço Eletrônico: _____.

Local e Data:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa.

Nº DO RG/ Nº DO CPF

CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE

NOME DA EMPRESA LICITANTE

(Emitir em papel timbrado oficial da licitante)



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 38/2024

COMPRASGOV - EDITAL nº 90038/2024

ANEXO III

PROVA CONCEITO

Licitante: _____

Data: _____

Conforme item 8.3 do Termo de Referência **“Para ser APROVADA na Prova Conceito, a licitante deverá atender obrigatoriamente 25 (vinte e cinco) dos itens abaixo”**:

Item	Descrição	Atendido	Não Atendido
1	Calcular e emitir contas de água, no mínimo 20, sendo contas com isenção de tarifa de água e com redução da taxa de resíduos sólidos, e também com dados de análises de água e mensagens definidas pelo SAAE e pela legislação vigente.		
2	Emitir reaviso de débitos no impresso da conta de água		
3	Emitir o termo de quitação anual na conta de água		
4	Estornar e incluir serviços nas contas e refazer o seu cálculo		
5	Emitir certidão negativa (e positiva) para débitos		
6	Realizar algumas leituras nos coletores e importar esses dados dos coletores para o sistema		
7	Gerar ordens de serviços		
8	Detalhar cálculo da conta		
9	Detalhar cobranças das tarifas de resíduos sólidos, etc		
10	Exibir histórico com arquivo de dados processados por consumidor e memória de cálculo das cobranças de tarifa de resíduos sólidos, bem como memória de cálculo		
11	Emitir pelo menos 3 requerimentos de ligação de água e 3 de demais serviços, como aferição, corte, religação, etc até a sua conclusão no sistema		
12	Gerar e dar baixa, em pelo menos 5 ordens de serviços		
13	Gerar 5 relatórios contábeis, financeiros e de serviços detalhados nesse termo de referência		
14	Dar baixa em contas e apresentar todos os relatórios, erros de baixas, etc		
15	Enviar e receber email e SMS		
16	Gerar arquivo de contas com débito automático e relatório de emissão para banco		
17	Dar baixa em um lote de contas recebidas pelo banco. Gerar boletim com dados detalhados		
18	Gerar correspondências para usuários		
19	Emitir pelo menos 5 relatórios gerenciais, como faturamento, com os seus filtros, mapa de faturamento, estornos, inclusões, histograma de contas e exibir seus filtros		
20	Gerar um relatório detalhado de serviços, com filtros		
21	Exibir coordenada geográfica no Google Maps da ligação e da leitura		



Pregão nº	
FLS nº	Visto



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

22	Gerar conta sem código de ligação com apenas cobrança da tarifa de Resíduos, e dar baixa no seu pagamento		
23	Relatório de Ordens de serviços executadas com filtros elencados, e com data e hora de execução dos serviços		
24	Apresentar geração de relatórios personalizados, com os filtros elencados nesse Termo		
25	Emissão de Relatório Técnico com as informações que também atendam ao SNIS		
26	Emitir a notificação, fazer a inscrição de contas em dívida ativa		
27	Realizar o lançamento de dados das análises em contas de água		
28	Realizar e cancelar parcelamentos de débitos		

Observações:

Membros da Comissão:

Licitante:



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 38/2024

COMPRASGOV - EDITAL nº 90038/2024

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE CELEBRAM ENTRE SI
O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA
E ESGOTO - SAAE E A EMPRESA
.....
.....

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**, criado como entidade autárquica municipal pela Lei nº 722, de 02 de dezembro de 1964, com sede na Rua Nonô Ventura, 394, na cidade de Itaúna, Bairro Lourdes, Minas Gerais, CEP: 35.680-205, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 21.260.443/0001-91, inscrição estadual isento, neste ato representado pela Diretora Geral, Sra. Alaiza Aline de Queiroz Andrade, nomeada pela Portaria nº ., de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 38/2024 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Locação de um sistema de gestão comercial integrado voltado para o setor de saneamento, contemplando contemplar a leitura de hidrômetros, emissão de faturas de água e esgoto, gestão de ordens de serviço e controle de tarifas de resíduos sólidos, conforme descrições constantes no Termo de Referência.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Marca/Modelo
1	Aplicativo móvel	Meses	12			-
2	Módulo de leitura e emissão de fatura; Módulo de ordens de serviço web online integrado; Módulo de Dívida Ativa; Módulo Resíduos Sólidos e Módulo de atendimento ao público	Meses	12			
3	Instalação, migração de dados, implantação assistida e Treinamento de usuários	SERVIÇO	01			
4	Coletores para leitura	UNIDADE	12			-
5	Impressoras	UNIDADE	15			
6	Smartphones para OS	UNIDADE	16			-
VALOR TOTAL: _____ (POR EXTENSO)						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4. O Termo de Referência;
- 1.5. O Edital da Licitação;
- 1.6. A Proposta do contratado;
- 1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data de assinatura do Contrato.

2.1.1. O Contrato poderá ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/21 por igual período e desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e observação que constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação de quaisquer serviços ou atividades relacionadas ao objeto do contrato será permitida apenas mediante autorização prévia e expressa do CONTRATANTE.

4.2. A empresa CONTRATADA permanece integralmente responsável pela qualidade, prazos e conformidade dos serviços prestados, inclusive aqueles realizados por subcontratados.

4.3. Todos os subcontratados deverão atender aos mesmos requisitos técnicos e legais exigidos no contrato original, sendo a CONTRATADA a única responsável pela coordenação e supervisão das atividades subcontratadas, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O pagamento será realizado observados os prazos do **item 6.4** do termo de referência, a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA na proposta vencedora.

6.2. A CONTRATADA deverá destacar na Nota Fiscal apresentada o valor referente ao IRRF para sua retenção, conforme Decreto Municipal nº 8.199/23 de 04 de abril de 2023.



Pregão nº	
FLS nº	Visto



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/09/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Executar os serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios ou incorreções verificadas na execução do serviço, para que seja por ele, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Autarquia para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13. A CONTRATANTE ainda deverá cumprir as obrigações previstas no item 4.4 do Termo de Referência anexo a este Contrato.



Pregão nº	
FLS nº	Visto



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Além das obrigações resultantes da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA obriga-se a atender as exigências do Termo de Referência, bem como executar o objeto em conformidade com as normas legais, atendendo o prazo de execução, a quantidade e qualidade especificadas nos referidos documentos;

9.3. Não transferir ou ceder direitos ou obrigações, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

9.4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.5. Arcar com as despesas necessárias à execução do objeto e ainda com os Tributos Fiscais, Trabalhistas e Sociais que incidam ou venham incidir, direta e indiretamente sobre o objeto adjudicado, de forma a eximir o SAAE de qualquer ônus e responsabilidades.

9.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

9.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

9.8. Manter seus empregados, quando nas dependências da CONTRATANTE, devidamente identificados.

9.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte) horas que antecede o horário combinado para a realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.10. Assumir inteira responsabilidade pela qualidade do serviço ofertado, observando as normas e os regulamentos pertinentes ao objeto e os padrões de qualidade estabelecidos.

9.11. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.18. A CONTRATADA ainda deverá cumprir as obrigações previstas no item 4.3 do Termo de Referência anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá entregar prestação de garantia para cumprimento deste, em favor da CONTRATANTE, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor de sua proposta comercial;

10.2. A garantia à execução poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no parágrafo primeiro do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

10.3. A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. Na hipótese de prorrogação do prazo de execução, a CONTRATADA deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia.

10.4. A garantia poderá ser retida no caso de aplicação de eventuais multas à CONTRATADA ou para satisfação de perdas e danos ocorridos em decorrência de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa da CONTRATADA, no curso da vigência do contrato;

10.5. Não ocorrendo o disposto no item anterior, após o cumprimento fiel e integral do contrato e comprovação de quitação de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída, mediante solicitação por escrito pela CONTRATADA;

10.6. A recusa injustificada em prestar a garantia ensejará a imediata abertura de processo administrativo para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

10.7. Havendo prorrogação contratual ou aditamento do quantitativo fica obrigada a CONTRATADA a realizar a prorrogação ou recalcular o valor da garantia prestada.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - iv. **Multa**, de 0,5% até 10% (dez por cento) aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1, observado o item 11.5.
- 11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Pregão nº	
FLS nº	Visto



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PENALIDADE DE MULTA

12.1. A licitante ficará sujeita à advertência e multa nos seguintes casos, calculada da seguinte forma:

a) Multa de até 5% (cinco) sobre o valor total da parcela, por dia de atraso na instalação e configuração do sistema, não se admitindo atraso superior a 05 (cinco) dias úteis;

a.1) O atraso superior ao prazo estabelecido nesta alínea poderá configurar como inexecução parcial ou total, conforme o caso.

b) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor da Proposta/Contrato/Ata, por infração a qualquer cláusula ou condição do Edital, Termo de Referência e/ou deste contrato, aplicada em dobro em caso de reincidência, independentemente das demais sanções cabíveis.

c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato/Ata, no caso de adequações necessárias não realizadas no prazo definido no Termo de Referência e no respectivo Edital de licitação.

d) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato/Ata, no caso de recusa de adequações do sistema que apresente inconformidade caracterizando-se a recusa caso a adequação não se efetive dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou outro acordado entre as partes, independentemente das demais sanções cabíveis.

e) Multa de até 20% (vinte por cento) da parcela no caso de disponibilização dos equipamentos em desconformidade com o termo de referência e/ou apresentadas na proposta.

f) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da Proposta ou do Contrato, no caso de desistência da proposta, com a não entrega dos equipamentos e/ou

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

instalação do sistema aplicando-se a mesma regra no caso inexecução total do contrato.

g) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato/Ata, no caso de rescisão por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, inclusive pelo descumprimento das obrigações contratuais, sociais e trabalhistas, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

h) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor remanescente do Contrato/Ata, no caso de inexecução parcial do objeto.

i) Multa de até 30% (trinta por cento) no caso de infrações a LGPD aplicável ao objeto do certame.

j) Multa de até 10% (dez por cento) caso não seja respeitado os prazos de SLA.

12.1.1. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais: não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou no Contrato/Ata; retardamento imotivado na instalação do sistema ou execução dos serviços; paralisação da execução dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao SAAE; entrega de um sistema inadequado ou com funcionalidades danificadas, como se verdadeiro ou perfeito fosse; alteração de funcionalidades, qualidade ou quantidade das soluções entregues.

12.1.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser deduzida da garantia contratual prestada, e se ainda não cobrir os valores, a diferença será paga pela CONTRATADA no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da aplicação da sanção, podendo a Administração cobrá-las judicialmente com os encargos correspondentes, caso necessário.

12.1.3. No caso de não recolhimento dos valores das multas porventura aplicadas, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente ou ajuizada a dívida acrescida de juros moratórios de 0,5% ao mês.

12.1.4. As multas conforme o item 12.1 serão aplicadas a cada infração cometida.

12.1.5. Serão considerados motivos de força maior para isenção de multa:

a) Greve generalizada dos empregados da licitante vencedora;

- b)** Acidente que implique em retardamento na execução dos serviços sem culpa por parte da licitante vencedora;
- c)** Calamidade pública.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Autarquia do exercício de 2025, nas dotações abaixo discriminada: nº 04.122.0041.2806/3.3.90.40.00.00.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

18.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

18.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

18.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

18.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

18.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitira terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.6. A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

18.7. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.8. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

18.9. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.10. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidirem razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.11. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

18.12. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

18.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE ITAÚNA/MG

18.14. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras.

18.15. A CONTRATADA fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seus sócios representantes nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itaúna/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itaúna, ____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

Alaiza Aline de Queiroz Andrade – Masp. 1664
Diretora Geral do SAAE

CONTRATADA: _____

Testemunhas:

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

CPF n.º

CPF n.º